Câmara Municipal de Toledo
Estado do Paraná

(Sem Projeto)

(REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO)

A MÊSA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER QÚE A CÂMARA DECRETA E PROMULGA A SEGUINTE:

R E S O L U Ç Ã O - Nº 1/66.

TÍTULO - I
DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO-I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º - A CÂMARA MUNICIPAL, ÓRGÃO LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO, COMPÕE-SE DE (9) NOVE VEREADORES, ELEITOS NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

§ 1º - NA SÉDE DA CÂMARA NÃO SE REALIZARÃO ATOS ESTRANHOS A SUA FUNÇÃO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA MÊSA, SENDO VEDADA A SUA SESSÃO PARA ATOS, FESTAS, REUNÍÕES E SOLENIDADES NÃO OFICIAIS.

§ 2º - EM CASO DE OCORRÊNCIA QUE IMPOSSIBILITE O SEU FUNCIONAMENTO NA SÉDE, A CÂMARA PODERÁ REUNIR-SE EM OUTRO LOCAL, POR DELIBERAÇÃO DA MÊSA "AD REFERENDUM" DA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORÊS.

ART. 2º - NO DIA 14 (QUATORZE) DE DEZEMBRO DO QUADRIÊNIO PARA O QUAL TENHAM SIDO ELEITOS, REUNIR-SE-ÃO OS VEREADORES / DIPLOMADOS NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL OU EM LUGAR PRÈVIAMENTE DESIGNADO, ÀS 14 (QUATORZE) HORAS PARA, EM SESSÃO SOLENE, SOB A PRÉSIDÊNCIA DO VEREADOR/ ATÉ ENTÃO NESSE EXERCÍCIO, QUE CONVIDARÁ O VEREADOR / MAIS IDOSO, ENTRE OS DIPLOMADOS, A ASSUMIR A DIREÇÃO / DOS TRABALHOS, QUE, AO FAZÊ-LO CONVIDARÁ DOIS DOS ELEITOS PARA SERVIREM DE SECRETÁRIOS "AD-HOC" A FIM DE INSTALADA SER A CÂMARA MUNICIPAL.

ART.3º - A MEDIDA QUE FOR FEITA A CHAMADA INDIVIDUAL PELO ENTÃO PRESIDENTE, O 1º SECRETÁRIO RECEBERÁ OS DIPLOMAS CONVIDANDO A CADA UM, DE PER SÍ, A TOMAR ASSENTO NAS RESPECTIVAS BANCADAS.

§ 1º - EMPOSSADOS OS VEREADORES, SERÁ TOMADO PELO PRESIDENTE O COMPROMISSO REGIMENTAL NOS SEGUINTES TÊRMOS:
"PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICÍPIO", DECLARANDO INSTALADA A CÂMARA MUNICIPAL.

§ 2º - ISTO FEITO, PASSARÁ A CÂMARA A ELEGER A SUA MÊSA DIRETORA, QUE DEVERÁ SERVIR DÛRANTE O 1º ANO LEGISLÁTIVO, PROCLAMANDO O RESULTADO DA VOTAÇÃO, O PRESIDENTE, ATÉ ENTÃO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA CONVIDARÁ OS ELEITOS A ASSUMIREM OS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, DANDO-LHES POSSE, E, COM ÊSSE FATO, FINALIZARÁ A SUA INTERVENÇÃO.

ART.4º - NESSA MESMA OCASIÃO, O PRESIDENTE ELEITO CONVIDARÁ O / PREFEITO E VICE-PREFEITO, QUE EXIBINDO OS DIPLOMAS CONFERIDOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL, TOMARÃO POSSE DOS SEUS CARGOS PERANTE A CÂMARA, PRESTANDO O MESMO COMPROMISSO/ DEFERIDO AOS VEREADORES E EM NOME DA CÂMARA DECLARÁ-LOS Á EMPOSSADOS.

ART.5º - A PRIMEIRO DE FEVEREIRO DE CADA ANO, COM EXEÇÃO DO ÚLTIMO ANO DO QUADRIÊNIO PARA O QUAL TENHAM SIDO ELEITOS,OS VEREADORES EM SESSÃO SOLENE, E COM A PRESENÇA DE, NO MÍNIMO 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS VEREADORES, ELEGERÃO A MÊSA/ DIRETORA QUE DEVERÁ SERVIR DURANTE O EXERCÍCIO QUE TOMARÁ POSSE APÓS ANUNCIADOS OS RESULTADOS DA VOTAÇÃO.

ART.6º - A ELEIÇÃO DA MÊSA DIRETORA, COM MANDATO DE UM ANO, COMPOR-SE-Á DE UM PRESIDENTE, DE UM VICE-PRESIDENTE, DE UM 1º SECRETÁRIO E DE UM 2º SECRETÁRIO, E FAR-SE-Á MEDIANTE ESCRUTÍNIO SECRETO E POR VOTO INDEVASSÁVEL, EM UMA ÚNICA SOBRECARTA.

§ ÚNICO - EM CASO DE NÃO SE PROCESSAR A ELEIÇÃO DA MÊSA POR FALTA DE NÚMERO LEGAL, NAS DUAS SESSÕES DESTINADÂS A ÊSSE FIM A ELEIÇÃO SE PROCESSARÁ EM TERCEIRA SESSÃO, COM QUALQUER NÚMERO DE VEREADORES PRESENTES.

ART.7º - CONSIDERA-SE ELEITO O QUE ALCANÇAR MAIOR VOTAÇÃO E, NO CASO DE EMPATE, CONSIDERA-SE ELEITO O MAIS IDOSO.

ART.8º - O VEREADOR QUE NÃO TENHA PRESTADO COMPROMISSO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO, FÁ-LO-Á NA PRIMEIRA SESSÃO A QUE COMPARECER, PERANTE O PRESIDENTE DA CÂMARA.

§ ÚNICO - TAMBÉM PERANTE O PRESIDENTE, EM SESSÃO DA CÂMARA, PRESTARÁ COMPROMISSO O SUPLENTE CONVOCADO.

ART.9º - OS MEMBROS DA MÊSA PODERÃO SER REELEITOS;

§ ÚNICO - OCORRENDO VAGA DE QUALQUER CARGO DA MÊSA, A ELEIÇÃO PARA O RESPECTIVO PREENCHIMENTO SÓ PODERÁ SER REALIZADA / NO EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA SEGUINTE À / QUE SE DER O CONHECIMENTO DA VAGA.

ART.10º - AS BANCADAS PARTIDÁRIAS DEVERÃO INDICAR À MÊSA DA CÂMARA NO INÍCIO DE CADA SESSÃO LEGISLATIVA, OS SEUS LÍDERES E SUB-LÍDERES.

TÍTULO - II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO- I

DA MÊSA -

SESSÃO -I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.11º - À MÊSA COMPETE A DIREÇÃO DE TODOS OS TRABALHOS DA CÂMARA.

§ 1º - A MÊSA COMPÕE-SE DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E 1º E 2º SECRETÁRIO.

§ 2º - O PRESIDENTE CONVIDARÁ QUALQUER VEREADOR PARA SUBSTITUIR OS SECRETÁRIOS, QUANDO AUSENTES.

§ 3º - AO INSTALAR-SE UMA SESSÃO, QUANDO AUSENTES TODOS OS MEMBROS DA MÊSA, SERÁ ESTA ORGANIZADA PELO VEREADOR MAIS IDOSO, QUE DESIGNARÁ, POR ESCOLHA, OS SECRETÁRIOS.

ART.12º - AS FUNÇÕES DOS MEMBROS DA MÊSA SÒMENTE CESSARÃO:

I PELA POSSE DA MÊSA ELEITA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE;

II PELO TÉRMINO DO MANDATO;

III PELA MORTE, RENÚNCIA OU PERDA DE MANDATO;

ART.13º - NENHUMA PROPOSIÇÃO QUE MODIFIQUE OS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA CÂMARA, OU AS CONDIÇÕES DE SEU PESSOAL, AINDA MESMO QUE SÊJA COMO EMENDA AO PROJÉTO ORÇAMENTÁRIO, PODERÁ SER SUBMETIDO À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, SEM PARECER DA MÊSA, QUE TERÁ O PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 5 (CINCO) DIAS.

ART.14º - Os membros da Mêsa não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanênte ou Especial.

ART.15º - Além de outras atribuições consignadas neste regimento compete à Mêsa:

I Tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II Dirigir os serviços da Câmara, provendo, inclusive, a sua política interna;

III Nomear, promover, comissionar, conceder gratificação e licenças, pôr em disponibilidade, demitir e aposentar/ funcionário, na forma de legislação em vigor;

IV A iniciativa da criação de cargos ou funções necessá - rias ao serviço da Secretaria, ou de alteração do quadro de seus funcionários, bem como a fixação dos res - pectivos vencimentos;

V Elaborar, anualmente, o relatório dos trabalhos da Câmara cujo resumo será publicado pela imprensa ou pelo/ rádio ou por ambos os meios.

VI Conceder licenças requeridos pelos vereadores.

ART.16º - A Iniciativa dos projetos que modifiquem os serviços / da Secretaria da Câmara, é da competência exclusiva da Mêsa.

SEÇÃO - II

DO PRESIDENTE

ART.17º - O Presidente é o representante da Câmara, dentro ou / fora dela, inclusive em juízo.

ART.18º - São atribuições do Presidente, além de outras estabe- lecidas neste Regimento:

I Abrir, presidir, suspender, levantar, e encerrar as / sessões emanter a ordem;

II Fazer ler a ata e o expediente pelo 1º Secretário, bem como as comunicações que entender convenientes;

III Dar posse aos vereadores que não tenham comparecido / ao ato da instalação, bem como aos suplentes convoca- dos;

IV CONCEDER A PALAVRA AOS VEREADORES, NOS TERMOS DÊSTE REGIMENTO, ESTABELECENDO O OBJETO DA DISCUSSÃO E O PONTO SÔBRE QUE DEVA RECAIR A VOTAÇÃO, DIVIDINDO AS QUESTÕES CÔMPLEXAS;

V ADVERTIR O ORADOR QUE SE DESVIA DA QUESTÃO OU FALA CONTRA O VENCIDO, CHAMÁ-LO À ORDEM E CASSAR-LHE A PALAVRA, EM CASO DE INSISTÊNCIA OÚ DESOBEDIÊNCIA;

VI ADVERTIR O ORADOR AO ESGOTAR-SE O TEMPO A QUE TEM DIREITO, QUANDO NA TRIBUNA;

VII ANUNCIAR O INÍCIO DA ORDEM DO DIA E O NÚMERO DE VEREADORES PRESENTES;

VIII SUBMETER A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A MATÉRIA A ISSO DESTINADA;

IX ESTABELECER O PONTO DA QUESTÃO SÔBRE QUE DEVAM SER FEITAS AS VOTAÇÕES;

X ANUNCIAR O RESULTADO DAS VOTAÇÕES;

XI DETERMINAR, EM QUALQUER FASE DOS TRABALHOS, QUANDO JULGAR NECESSÁRIO, A VERIFICAÇÃO DA PRESENÇA;

XII SUPERINTENDER E CENSURAR A PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS DA CÂMARA, NÃO PERMITINDO EXPRESSÕES E CONCEITOS VEDADOS PELO REGIMENTO E NO QUE DISSER RESPEITO À PALAVRA OFENSIVA ÀS AUTORIDADES CONSTITUIDAS E AO DECÔRO DA CÂMARA;

XIII ORGANIZAR E ANUNCIAR, AOS VEREADORES, A ORDEM DO DIA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS;

XIV ORDENAR A PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA REGULADA POR ÊSTE REGIMENTO;

XV SUSPENDER E ENCERRAR A SESSÃO, SE NECESSÁRIO, PARA A GARANTIA DA ORDEM DOS TRABALHOS;

XVI NOMEAR AS COMISSÕES, NOS TÊRMOS DÊSTE REGIMENTO, ATENDENDO, QUANDO POSSÍVEL, A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS;

XVII DESIGNAR SUBSTITUTOS PARA OS MEMBROS DAS COMISSÕES, EM SEUS IMPEDIMENTOS OCASIONAIS;

XVIII ASSINAR, EM PRIMEIRO LUGAR, OS ATOS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA, ASSINAR, COM O 1º SECRETÁRIO AS ATAS DAS SESSÕES, OS EDITAIS E MAIS EXPEDIENTE A SEU CARGO;

XXXVIII DESPACHAR OS PROJETOS DE LEI, RESOLUÇÕES, INDICAÇÕES E REQUERIMENTOS QUE DEVAM SER INFORMADOS OU EXECUTADOS, OU SÔBRE OS QUE TENHAM DE EMITIR PARECER AS COMISSÕES PERMÂNENTES;

XXXIX ENCAMINHAR, ÀS SECRETARIAS DE ESTADO E NOS ÓRGÃOS TÉCNICOS OS PEDIDÓS DE ASSISTÊNCIA E AUXILIO SOLICITADOS E CONVENIENTES AO INTERÊSSE PÚBLICO;

XL CONVOCAR O COMPARECIMENTO DO PREFEITO, NA FORMA DÊSTE / REGIMENTO E DA LEI;

XLI ASSINAR AUTÓGRAFOS DAS LEIS DESTINADAS À PROMULGAÇÃO PELO PREFEITO;

XLII REQUISITAR FÔRÇA PARA MANTER A ORDEM NO RECINTO DAS SESSÕES OU EM LÓCAIS ONDE ESTIVEREM VEREADORES EM EXERCÍCIO DE VEREANÇA;

XLIII MANDAR PRENDER, EM FLAGRANTE, QUALQUER PESSOA QUE PERTURBE A ORDEM DOS TRABALHOS, EXCETO OS MEMBROS DA CASA;

XLIV PROVIDENCIAR A DEVOLUÇÃO DAS PROPOSIÇÕES, QUANDO AS COMISSÕES EXCEDAM OS PRAZOS LEGAIS PARA ESTUDO E PARECER / SÔBRE ASSUNTOS QUE LHE FOREM AFETOS;

ART.19º - O PRESIDENTE, COMO VEREADOR, PODERÁ APRESENTAR PROJETOS INDICAÇÕES E REQUERIMENTOS, MAS PARA DISCUTÍ-LOS DEVERÁ AFASTAR-SE DA PRESIDÊNCIA, ENQUANTO SE TRATAR DO OBJETO PROPOSTO.

§ 1º - O PRESIDENTE SÓ TERÁ VOTO NAS VOTAÇÕES SECRETAS E NOS / CASOS DE EMPATE;

§ 2º - É VEDADO AO PRESIDENTE OPINAR, OU APRESENTAR SUGESTÕES / OU DAR ESCLARECIMENTOS SÔBRE A MATÉRIA EM EM DEBATES, / EXCETO QUANDO SOLICITADO POR UM VEREADOR.

ART.20º - QUANDO NO EXERCÍCIO DO CARGO, O PRESIDENTE NÃO PODERÁ / SER APARTEADO OU INTERROMPIDO.

SEÇÃO - III

DO VICE-PRESIDENTE

ART.21º - AO VICE-PRESIDENTE COMPETE SUBSTITUIR O PRESIDENTE EM SUAS FALTAS OU IMPEDIMENTOS.

§ ÚNICO - A SUBSTITUIÇÃO FAR-SE-Á, IGUALMENTE FORA DAS SESSÕES / EM TODOS OS CASOS DE AUSÊNCIA, FALTA, IMPEDIMENTO OU / AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, FICANDO INVESTIDO NA PLENITUDE

ART.22º - O VICE-PRESIDENTE SERÁ SUBSTITUIDO PELO 1º SECRETÁRIO, NAF FALTA DÊSSE, PELO 2º SECRETÁRIO, E, NA AUSÊNCIA DE AMBOS, PELO VEREADOR MAIS IDOSO.

SEÇÃO - IV

DOS SECRETÁRIOS

ART.23º - AO 1º SECRETÁRIO COMPETE:

I FAZER A CHAMADA DOS VEREADORES, ANTES DE SER ABERTA A SESSÃO E EM QUALQUER OCASIÃO QUE SE FAÇA MÍSTÉR;

II LER, NA HORA DO EXPEDIENTE OU DURANTE A SESSÃO, A SÚMULA DA CORRESPONDÊNCIA, DOS PROJETOS, REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES, PARECERES E MAIS PAPÉIS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO OU CONHECIMENTO DA CÂMARA;

III FISCALIZAR A REDAÇÃO DAS ATAS E PROCEDER A SUA LEITURA

IV ASSINAR, COM O PRESIDENTE, OS ATOS DA MÊSA E RESOLUÇÕES DA CÂMARA;

V INSPECIONAR OS SERVIÇOS DA SECRETARIA E FAZER OBSERVAR O REGIMENTO;

VI ASSINAR COM O PRESIDENTE, AOS ATOS DA MÊSA E AS RESOLUÇÕES DA CÂMARA;

VII PROCEDER A VERIFICAÇÃO NÚMÉRICA DE PRESENÇA DOS VEREADORES;

VIII FAZER INSCRIÇÃO DOS ORADORES QUE PEDIREM A PALAVRA;

IX ANOTAR O TEMPO E O NÚMERO DE VEZES QUE CADA ORADOR OCUPAR A TRIBUNA, COMUNICANDO-O AO PRESIDENTE;

X ANOTAR AS RESPOSTAS QUE OS VEREADORES DEREM NA VOTAÇÃO NOMINAL;

ART.24º - AO 2º SECRETÁRIO COMPETE:

I SUBSTITUIR O 1º SECRETÁRIO, EM CASO DE IMPEDIMENTO OU AUSÊNCIA;

II AUXILIAR O 1º SECRETÁRIO EM SUAS ATRIBUIÇÕES;

ART.25º - OS SECRETÁRIOS SUBSTITUIRÃO-SE CONFORME SUA NUMERAÇÃO, ORDENAL E, NESSA MESMA ORDEM, SUBSTITUIRÃO O PRESIDENTE, NA FALTA DO VICE-PRESIDENTE.

ART.26º - O PRESIDENTE, NA FALTA OU IMPEDIMENTO DE QUALQUER SECRETÁRIO, DESIGNARÁ O VEREADOR QUE O DEVA SUBSTITUIR.

TÍTULO - III

CAPÍTULO- II

DAS COMISSÕES

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO - I

ART.27º - AS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL SÃO PERMANENTES, ESPECIAIS E DE REPRESÊNTAÇÃO.

ART.28º - AS COMISSÕES PERMANENTES SÃO EM NÚMERO DE 5(CINCO), CONSTITUIDAS DE 3(TRÊS) MEMBROS CADA UMA, COM ATRIBUIÇÕES INDICADAS PELAS RESPECTIVAS DESIGNAÇÕES, QUE SÃO AS SEGUINTES:

I LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

II FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADAS DE CONTAS

III AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

IV EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, HIGIENE E ASSISTÊNCIAS SOCIAL

V VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ART.29º - AS COMISSÕES PERMANENTES SERÃO ELEITAS ANUALMENTE, EM SESSÃO ESPECIAL, NA 1ª REUNIÃO APÓS A ELEIÇÃO DA MÊSA, ASSEGURADA NA COMPOSIÇÃO DAQUELAS A REPRESENTAÇÃO PRÔPORCIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS.

ART.30º - AS COMISSÕES ESPECIAIS SERÃO CONSTITUIDAS PARA O FIM PRÉ DETERMINADO, DENTRO DO ANO LEGISLATIVO, POR PROPOSTA DA MÊSA, OU A REQUERIMENTO ASSINADO POR (3) TRÊS VEREADORES NÔ MÍNIMO, E COM APROVAÇÃO DA MAIORIA.

§ 1º - O REQUERIMENTO DEVERÁ INDICAR, DESDE LOGO, O NÚMERO DE MEMBROS DE QUE SE COMPORÁ A COMISSÃO.

§ 2º - TERMINADO O ANO, SEM QUE A COMISSÃO ESPECIAL TENHA COMPLETADO O SEU TRABALHO, OS ESTUDOS POR ELA FEITOS SERÃO/ ENTREGUES À MÊSA, A FIM DE SEREM ENCAMINHADOS À COMISSÃO QUE NO ANO SEGUINTE, RECEBA DO PRESIDENTE DA CÂMARA A INCUMBÊNCIA DE RESOLVER O MESMO ASSUNTO.

ART.31º - AS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO SÃO AS CONSTITUIDAS POR PROPOSTA DA MÊSA, OU A REQUERIMENTO ASSINADO POR 3 / (TRÊS) VEREADÔRES, DENTRO DA LEGISLATURA, COM APROVAÇÃO DA CÂMARA, PARA REPRESENTÁ-LA EM ATOS EXTERNOS.

§ ÚNICO - A NOMEAÇÃO DOS RESPECTIVOS MEMBROS COMPETE PRIVATIVAMENTE AO PRESIDENTE DA CÂMARA.

ART.32º - OS MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS SERÃO NOMEADAS POR ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, PUBLICADO NA IMPRENSA E RÁDIO.

§ ÚNICO - CADA VEREADOR NÃO PODERÁ FAZER PARTE, COMO MEMBRO EFETIVO, DE MAIS DE TRÊS COMISSÕES PERMANENTES.

ART.33º - OS MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES EXERCERÃO SUAS / FUNÇÕES DURANTE UM ANO E ATÉ QUE SEJAM SUBSTITUIDOS / PELAS NOVAS COMISSÕES, NOS TÊRMOS DÊSTE REGIMENTO.

ART.34º - OS PAPÉIS DESTINADOS ÀS COMISSÕES SERÃO DISTRIBUIDOS/ POR MEIO DE PROTOCOLO, E IRÃO COM VISTA AOS VEREADORES, POR IGUAL FORMA.

SEÇÃO - II

DAS COMISSÕES

ART.35º - AS COMISSÕES, LOGO DEPOIS DE CONSTITUIDAS, REUNIR-SEÃO SOB A DIREÇÃO DO MAIS IDOSO DOS SEUS MEMBROS PRESENTES, PARA ELEGEREM, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, OU DE/ COMUM ACÔRDO ENTRE OS LÍDERES DE BANCADAS, OS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES, RESPECTIVAMENTE.

§ ÚNICO - ENQUANTO NÃO SE REALIZAR A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE QUALQUER COMISSÃO, O VEREADOR MAIS IDOSO SERÁ O PRESIDENTE PROVISÓRIO.

ART.36º - AO PRESIDENTE DAS COMISSÕES COMPETE:

I DETERMINAR O DIA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS NA COMISSÃO, DANDO DISSO CIÊNCIA À MÊSA;

II CONVOCAR AS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO;

III PRESIDIR AS REUNIÕES E NELAS MANTER A ORDEM E AS SOLENIDADES NECESSÁRIAS;

IV DESIGNAR RELATORES E DISTRIBUIR-LHES A MATÉRIA SÔBRE/ QUE DEVAM EMITIR PARECER.

ART.37º - AO VICE-PRESIDENTE DAS COMISSÕES COMPETE SUBSTITUIR O PRESIDENTE EM SUAS FALTAS OU IMPEDIMENTOS FICANDO INVESTIDO NA PEENITUDE DESSA FUNÇÃO.

ART.38º - OBEDECIDAS AS NORMAS ESTABELECIDAS NESTE REGIMENTO, TERÃO AS COMISSÕES LIBERDADE, PARA ORGANIZAR SEUS PRÓPRIOS MÉTODOS DE TRABALHO.

SEÇÃO - III

DAS REUNIÕES

ART.39º - AS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS REUNIR-SE-ÃO ORDINÀRIAMENTE, NO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL, EM DIAS PRÉ-FIXADOS, E SERÃO SECRETARIADOS POR FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DA CÂMARA.

§ ÚNICO - NO CASO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, OS INTEGRANTES DA COMISSÃO SERÃO NOTIFICADOS MEDIANTE AVISO PRÉVIO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

SEÇÃO - IV

DAS ATRIBUIÇÕES

ART.40º - AS COMISSÕES PERMANENTES TÊM POR OBJETIVO ESTUDAR OS ASSUNTOS SUBMETIDOS AO SEU EXAME, MANIFESTANDO SUA OPINIÃO SÔBRE ÊLES, BEM COMO PREPARAR PROJETOS POR INICIATIVA PRÓPRIA OU POR INDICAÇÃO DA CÂMARA.

ART.41º - SERÃO ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DIZER SÔBRE PROPOSIÇÕES CUJOS OBJETOS SE ENQUADRAM A JUÍZO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ESPECIFICAMENTE NAS SUAS DENOMINAÇÕES.

§ 1º - COMPETE À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO, MANIFESTÁR-SE SÔBRE ASSUNTOS, QUANTO AO SEU ASPECTO CONSTITUCIONAL, LEGAL, OU JURÍDICO E O ESTUDO DE PROPOSIÇÕES E CASOS SÔBRE:

I PERDA DE MANDATO, NOS TÊRMOS DO ARTIGO DÊSTE REGIMENTO

II LICENÇA PARA PROCESSAR VEREADORES;

III AJUSTES E CONVENÇÕES COM O ESTADO E UNIÃO;

IV ALTERAÇÃO DO QUADRO DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL;

V EMITIR PARECER SÔBRE OS PROJETOS JUDICIAIS QUE VERSEM SÔBRE A MATÉRIA DE DIREITO;

VI OPINAR SÔBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS EM TÔRNO DE CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

VII O EXAME DAS LEIS E POSTURAS MUNICIPAIS QUANTO A SUA EXECUÇÃO, INTERPRETAÇÃO, REFORMAS E O MAIS QUE SE ENTENDA, COM A SUA APLICAÇÃO;

VIII EXAMINAR A REDAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI, E ORGANIZAR, COM EMENDAS QUE TENHA SIDO APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO, A RESPECTIVA REDAÇÃO, INCLUSIVE SUBSTITUTIVOS;

§ 2º - COMPETE À COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE / CONTAS EMITIR PARECER SÔBRE:

I AS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO REMETIDAS PELO EXECUTIVO, SUGERINDO AS MODIFICAÇÕES QUE LHE PARECEREM CONVENIENTES;

II O EXAME DE TÔDAS AS LEIS, POSTURAS E OUTRAS PROPOSIÇÕES QUE ACARRETEM AUMENTO OU REDUÇÃO DE DESPESAS;

III DAR PARECER SÔBRE PERDÃO DE DÍVIDA FISCAL, ESTUDAR AS DEMAIS PROPOSIÇÕES QUE POSSAM INTERESSAR AS FINANÇAS DO MUNICÍPIO;

IV DELIBERAR SÔBRE MAJORAÇÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTOS A CARGO DA MUNICÍPALIDADE;

V A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO, QUE CONCLUIRÁ POR PROJETO DE RESOLUÇÃO ACEITANDO-AS OU REJEITANDO-AS;

VI PROPOSIÇÕES REFERENTES À MATÉRIA TRIBUTÁRIA, ABERTURA / DE CRÉDITOS, EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS E AS QUE, DIRETA OU / INDIRETAMENTE, IMEDIATA OU REMOTAMENTE, ALTEREM AS DESPESAS OU RECEITA DO MUNICÍPIO, ACARRETEM RESPONSABILIDADES PARA O TESOURO MUNICIPAL OU INTERESSEM AO CRÉDITO PÚBLICO;

VII OS BALANCETES DA PREFEITURA, ACOMPANHANDO, POR INTERMÉDIO DÊSTES, OS ANDAMENTOS DAS DESPESAS PÚBLICAS.

VIII AS EMENDAS DA RESOLUÇÃO DE SUBSÍDIO, CUJO PROJETO ELABORARÁ NOS TÊRMOS DÊSTE REGIMENTO;

§ 3º - AS PROPOSIÇÕES REFERIDAS NOS INCISOS DO PARÁGRAFO ANTERIOR, NÃO SERÃO SUBMETIDAS A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLENÁRIO SOB NENHUMA HIPÓTESE, SEM O PARECER DA COMISSÃO / DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

§ 4º - COMPETE À COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EMITIR PÁRECER SÔBRE:

I DAR PARECER SÔBRE AS MATÉRIAS QUE ENVOLVEM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DIRIGIDOS POR CONCESSIONÁRIOS OU EMPRÊSAS PARTICULARES E OFERECER ESTUDOS RELACIONADOS COM AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

§ 5º - COMPETE À COMISSÃO DE SAÚDE, HIGIÊNE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO E CULTURA, EMITIR PARECER SÔBRE:

I SAÚDE PÚBLICA E ESTADO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO;

II ASSISTÊNCIA SOCIAL;

III ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL;

IV BIBLIOTÉCAS;

V CULTURA ARTÍSTICA, FORMAÇÃO MORAL E CÍVICA EM GERAL.

§ 6º - COMPÉTE À COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE, EMITIR PARECER SÔBRE:

I JARDINS, PRAÇAS, RUAS E ALINHAMENTOS;

II ESTRADAS E PONTES;

III CALÇAMENTO E PAVIMENTAÇÃO;

IV ÁGUAS, ESGOTOS E LIMPEZA PÚBLICA;

V EDIFÍCIOS PÚBLICOS;

VI CEMITÉRIOS;

VII LOTEAMENTOS URBANOS;

VIII TRANSPORTES E TRÂNSITO E O MAIS QUE ENTENDA COM OS ASSUNTOS LIGADOS À OBRAS PÚBLICAS.

ART.42º-ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E DE REPRESENTAÇÃO COMPETEM AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FOREM EXPRESSAMENTE CONFERIDAS PELA CÂMARA.

SEÇÃO - V

DOS TRABALHOS

ART.43º - AS COMISSÕES DELIBERARÃO SÒMENTE COM A PRESENÇA DA MAIORIA DE SEUS MEMBROS. O PRESÍDENTE DESIGNARÁ O RELATOR QUE EMITARÁ, DESDE LOGO, O SEU PARECER.

ART.44º - A COMISSÃO QUE RECEBER QUALQUER PROPOSIÇÃO OU DOCUMENTO ENVIADO PELA MÊSA, PODERÁ PROPOR A SUA APROVAÇÃO / OU REJEIÇÃO TOTAL OU PARCIAL, APRESENTAR PROJETOS DÊLES DECORRENTES, DAR-LHE SUBSTITUTIVOS E FORMULAR EMENDAS E SUBEMENDAS BEM COMO DIVIDÍ-LOS EM PROJETOS SEPARADOS OU JUNTÁ-LOS, QUANDO O JULGAR CONVENIENTE.

ART.45º - AS COMISSÕES DELIBERARÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

ART.46º - O MEMBRO DA COMISSÃO, QUE FÔR DISTRIBUIDA QUALQUER MATÉRIA TERÁ O PRAZO DE 8 (OITO) DIAS PARA A APRESENTAÇÃO DE SEU PARECER ESCRITO, O QUAL SERÁ PROCEDIDO DE/ RELATÓRIO.

§ 1º - ÊSTE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR MAIS DE 8 (OITO) DIAS, PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO, A REQUERIMENTO FUNDAMENTADO DO RELATOR.

§ 2º - ESGOTADO O PRAZO, SEM QUE O RELATOR HAJA APRESENTADO/ O PARECER, O PRESIDENTE DESIGNARÁ, IMEDIATAMENTE, NOVO RELATOR AO QUAL O PROCESSO SERÁ ENTREGUE.

ART.47º - AS PROPOSIÇÕES ENVIADAS ÀS COMISSÕES E QUE NÃO FOREM DEVOLVIDOS NO PRAZO MÁXIMO CORRESPONDENTE A 20 (VINTE) DIAS, EM CADA COMISSÃO A QUE TENHAM DE SER SUBMETIDAS, SERÃO REQUISITADAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, A OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DO AUTOR, PARA OFIM ESPECIAL DE DESIGNAR RELATOR QUE DARÁ PARECER POR ESCRITO SOB TODOS OS ASPECTOS, DENTRO DO PRAZO CORRESPONDENTE AO INTERVALO ENTRE UMA E OUTRA SESSÃO ORDINÁRIA A FIM DE SEREM INCLUIDAS EM PAUTA.

§ ÚNICO - PARA OS EFEITOS DÊSTE ARTIGO O PRESIDENTE DA CÂMARA , PODERÁ DETERMINAR, DE PRONTO, A RESTAURAÇÃO DA PROPOSIÇÃO, SE ISSO SE FIZER NECESSÁRIO.

ART.48º - NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, AS COMISSÕES PODERÃO TOMAR DEPOIMENTO, CONVOCAR PESSOA, SOLICITAR INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, PROCEDENDO EM FIM, A TÔDA E QUALQUER DELIGÊNCIA QUE REPUTAREM NECESSÁRIA.

§ ÚNICO - QUANDO OCORRER QUALQUER DOS CASOS PREVISTOS NESTE ARTIGO, FICA INTERROMPIDO O PRAZO A QUE SE REFERE O ARTIGO, ANTERIOR ATÉ O MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, PARA CADA COMISSÃO.

ART.49º - À EXCESSÃO AOS VEREADORES, SÓ POR ORDEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO, O FUNCIONÁRIO, SECRETÁRIO DAS COMISSÕES, FORNECERÁ INFORMAÇÕES SÔBRE PROPOSIÇÕES EM ANDAMENTO E ASSUNTO NELAS CONTIDO.

SEÇÃO - VI

DAS AUDIÊNCIAS

ART.50º - A DISTRIBUIÇÃO DE PAPÉIS ÀS COMISSÕES SERÁ FEITA PELO PRESIDENTE DA MÊSA.

§ 1º - QUANDO QUALQUER PROPOSIÇÃO FÔR DISTRIBUIDA A MAIS DE UMA COMISSÃO, CADA QUAL DARÁ SEU PARECER, SEPARADAMENTE, SENDO A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO OUVIDA SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR, E A DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM ÚLTIMO.

§ 2º - O PROCESSO SÔBRE O QUAL DEVA PRONUNCIAR-SE MAIS DE UMA COMISSÃO SERÁ ENCAMINHADO, DIRETAMENTE, DE UMA PARA OUTRA, FEITOS OS REGISTROS NOS PROTOCOLOS COMPETENTES.

ART.51º - QUANDO UMA COMISSÃO PRETENDER QUE OUTRA SE MANIFESTE SÔBRE A MATÉRIA A ELA SUBMETIDA OU COM ELA SE REUNA PÂRA DELIBERAR A RESPEITO, O PRESIDENTE DA COMISSÃO REQUERERÁ, NO PRÓPRIO PROCESSO, NO PRIMEIRO CASO, AO PRESIDENTE DA CÂMARA, QUE DESPACHARÁ, E, NO SEGUNDO ENTENDER-SE-Á, COM O PRESIDENTE DA OUTRA COMISSÃO, DESIGNANDO AMBOS, COMUM ACÔRDO, A DATA EM QUE SE REALIZRÁ A SESSÃO CONJUNTA.

ART.52º - QUANDO UM VEREADOR PRETENDER QUE UMA COMISSÃO SE MANIFESTE SÔBRE DETERMINADA MATÉRIA, REQUERÊ-LO-Á, POR ESCRITO, Ô REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, SEM DISCUSSÃO.

ART.53º - È VEDADO A QUALQUER COMISSÃO MANIFESTAR-SE:

I - SÔBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO, EM CONTRÁRIO AO PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;

II - SÔBRE A CONVENIÊNCIA OU A OPROTUNIDADE DE DESPESA, SEM OPOSIÇÃO AO PARÊCER DA COMISSÃO DE FINANÇAS;

III - SÔBRE O QUE NÃO FÔR DE SUA ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA, AO APRECIAR AS PROPOSIÇÕES SUBMETIDAS A SEU EXAME.

ART.54º - APROVADA A PROPOSIÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO, A MÊSA A DISTRIBUIRÁ ÀS COMISSÕES

SEÇÃO - VII

DOS PARECERES

ART.55º - PARECER É PRONUNCIAMENTO DE COMISSÃO SÔBRE QUALQUER MATÉRIA SUJEITA AO SEU ESTUDO.

§ 1º - SERÁ "VENCIDO" O VOTO DO MEMBRO DA COMISSÃO CONTRÁRIA/ AO PARECER.

§ 2º - QUANDO O VOTO FÔR FUNDAMENTADO OU DETERMINADO CONCLUSÃO, DO PARECER, TOMARÁ DENOMINAÇÃO DE "VOTO"EM SEPARADO.

§ 3º - O MEMBRO DA COMISSÃO,QUE DISCORDAR DO FUNDAMENTO DO PARECER MAS CONCORDAR COM AS CONCLUSÕES, ASSINÁ-LO-Á PELAS CONCLUSÕES.

§ 4º - SE A DIVERGÊNCIA DO MEMBRO DA COMISSÃO COM O RESPECTIVO PARECER NÃO FÔR FUNDAMENTAL, ASSINÁ-LO-Á COM RESTRIÇÕES.

§ 5º -- OS PARECERES SERÃO APRESENTADOS POR ESCRITO, EM TÊRMOS/ ESPLÍCITOS SÔBRE A CONVENIÊNCIA DA APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DA MATÉRIA A QUE SE REPORTEM OU TERMINARÃO POR CONCLUSÕES SINTÉTICAS.

§º 6º - NOS CASOS EXPRESSAMENTE PREVISTOS POR ÊSTE REGIMENTO / OS PARECERES PODERÃO SER VERBAIS.

§ 7º - NENHUM PARECER SERÁ DADO, ANTES DE PELO MENOS 48 (QUARENTA E OITO)HORAS DO RECEBIMENTO DA PROPOSIÇÃO, PELA/ COMISSÃO COMPETENTE, DE FORMA A PERMITIR MANIFESTAÇÃO/ ESTUDADA E CONSCIENTE.

ART.56º - MATÉRIA ALGUMA PODERÁ, SOB QUALQUER PRETEXTO,SER POSTA EM DISCUSSÃO,SEM QUE CONSTE DA ORDEM DO DIA, E SÔBRE A MESMA PRODEDAM PARECERES EMITIDOS PELAS COMISSÕES COMPETENTES.

§ 1º - TÔDA A MATÉRIA QUE CONSTE DA ORDEM DO DIA DEVERÁ SER / CÓPIADA OU MIMIOGRAFADA E ENTREGUE AO VEREADOR PARA ESTUDOS, NUNCA MENOS DE 48 HORAS ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO.

§ 2º - SÒMENTE SE DISPENSARÁ A CÓPIA, ASSIM COMO A SUA DISTRIBÚIÇÃO AOS VEREADORES, NO CASO DE SER CONVOCADA UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O MESMO DIA EM QUE A MATÉRIA / FOR LIDA NO EXPEDIENTE.

ART.57º - OS PARECERES RELATIVOS ÀS CONTAS DO PREFEITO CONCLUIRÃO OBRIGATÒRIAMENTE POR UM PROJETO DE RESOLUÇÃO, ACEITANDO OU REJEÍTANDO TAIS CONTAS.

§ ÚNICO - PARA O EXAME DE CONTAS DO PREFEITO A MÊSA DA CÂMARA MUNICIPAL, PODERÁ SE VALER DO PARECER DE UMA ACESSORIA / TÉCNICA, FORMADA POR UM ADVOGADO E DOIS ECONOMISTAS OU CONTABILISTAS, EXCETO MEMBROS DA CASA, DE COMPROVADA CAPACIDADE EM DIREITO CONSTITUCIONAL E FINANÇAS PÚBLICAS.

SEÇÃO - VIII

DAS VAGAS

ART.58º - AS VAGAS DAS COMISSÕES VERIFICAR-SE-ÃO:

I COM A RENÚNCIA;

II COM A PERDA DO LUGAR;

§ 1º - A RENÚNCIA DE QUALQUER MEMBRO DAS COMISSÕES SERÁ ATO ACABADO E EFETIVO.

§ 2º - O VEREADOR, DESIGNADO PARA COMISSÃO PERMANENTE OU ESPECIAL, QUE FALTAR SEM JUSTIFICATIVA PRÉVIA, A TRÊS REUNIÕES ORDINÁRIAS OU CINCO INTERCALADAS, PERDERÁ O LUGAR NÃO MAIS PODENDO PARTICIPAR DE QUALQUER COMISSÃO PERMANENTE OU ESPECIAL, DURANTE O ANO.

SEÇÃO - IX

DAS ATAS

ART.59º - DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES, LAVRAR-SE-ÃO ATAS COM O SUMÁRIO DO QUE DURANTE ELAS HOUVER OCORRIDO, SERÃO RUBRICADAS PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO E LAVRADA EM LIVROS / PRÓPRIOS.

ART.60º - À SECRETARIA, ENCUMBIDA DE PRESTAR ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES, ALÉM DA REDAÇÃO DAS ATAS DE SUAS SESSÕES, CABERÁ/ MANTER PROTOCOLO ESPECIAL PARA CADA UMA DELAS.

TÍTULO - IV

DOS VEREADORES E PREFEITO

CAPÍTULO- I

DA POSSE DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

ART.61º - OS VEREADORES EMPOSSAR-SE-ÃO NOS TÊRMOS DOS ARTIGOS 2º, (SEGUNDO) E 3º (TERCEIRO) DÊSTE REGIMENTO.

§ ÚNICO - OS VEREADORES QUE NÃO COMPARECEREM AO ATO DE INSTALAÇÃO BEM COMO OS SUPLENTES CONVOCADOS SERÃO EMPOSSADOS PELO/ PRESIDENTE DA CÂMARA, NO EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO, A QUE COMPARECEREM.

ART.62º - O VEREADOR PODERÁ OBTER LICENÇA, POR PRAZO DETERMINADO, NOS SEGUINTES CASOS:

I - PARA DESEMPENHAR MISSÕES PÚBLICAS DE CARÁTER TRANSITÓRIO;

II - PARA TRATAMENTO DE SAÚDE;

III - PARA TRATAR DE INTERÊSSE PARTICULAR;

ART.63º - O REQUERIMENTO DE LICENÇA DE QUALQUER VEREADOR DEVERÁ SER DIRIGIDO POR ESCRITO AO PRESIDENTE.

§ 1º - DESPACHADO ÊSSE REQUERIMENTO, INDEPENDENTE DE VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, SÊRÁ CONVOCADO O SUPLENTE PARA EMPOSSAR-SE NA PRIMEIRA SESSÃO A QUE COMPARECER.

§ 2º - PARA TOMAR POSSE DO CARGO O SUPLENTE TERÁ O PRAZO DE 8 (OITO)DIAS APÓS O RECEBIMENTO DE CONVOCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, NÃO SENDO ATENDIDO NÊSSE PRAZO, A MÊSA CONVOCARÁ O SUPLENTE IMEDIATO E, ASSIM SUCESSIVAMENTE.

§ 3º - QUANDO CONCEDIDA A LICENÇA NO EXPEDIENTE DE UMA SESSÃO PODERÁ SER EMPOSSADO O PRIMEIRO SUPLENTE, IMEDIATAMENTE, SE PRESENTE ESTIVER.

ART.64º - PARA AFASTAR-SE DO TERRITÓRIO NACIONAL, O VEREADOR DEVERÁ DAR PRÉVIA CIÊNCIA À CÂMARA.

ART.65º - NO CASO DE QUERER ASSUMIR A CADEIRA ANTES DE TERMINADA A LICENÇA, DEVERÁ O VEREADOR COMUNICAR SUA INTENÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA OU À SECRETARIA DA CASA COM ANTECEDÊNCIA / DE PELO MENOS 3 (TRÊS) DIAS.

ART.66º - ESGOTADO O PRAZO DE LICENÇA, SEM PEDIDO DE PRORROGAÇÃO, / DEIXARÁ O SUPLENTE O EXERCÍCIO DE VEREANÇA, MESMO QUE O TITULAR NÃO VENHA REASSUMIR.

ART.67º - QUANDO NÃO HOUVER SUPLENTE HABILITADO, O PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA OS FINS DE DIREITO, DARÁ CONHECIMENTO DO FATO / AO JUIZO ELEITORAL COMPETENTE.

CAPÍTULO - II

DOS SUBSÍDIOS

ART.68º - OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO SERÃO FIXADOS POR RESOLUÇÕES APRESENTADO POR PROJETO FORMULADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS, / ATÉ 30 DE SETEMBRO DO ÚLTIMO ANO DE LEGISLATURA.

§ 1º - AO PREFEITO E AO PRESIDENTE DA CÂMARA, ALÉM DOS SUBSÍDIOS, CABERÁ UMA VERBA DE REPRESENTAÇÃO.

§ 2º - SE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS, NÃO HOUVER APRESENTADO PROJETO ATÉ A DATA FIXADA NESTE ARTIGO, A MÊSA INCLUIRÁ NA ORDEM DO DIA DA 1ª SESSÃO, APÓS A

...APÓS AQUELA DATA EM FORMA DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA, A RESOLUÇÃO RESPECTIVA EM VIGOR.

§ 3º - AS EMENDAS A ÊSSE PROJETO SÃO ENVIADAS À COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMÊNTO E TOMADA DE CONTAS, QÚE TERÁ O PRAZO/ IMPRORROGÁVEL DE 10 (DEZ)DIAS PARA A ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO PARECER.

ART.69º - O SUBSÍDIO SÓ PODERÁ SER DEVIDO AO PREFEITO, QUANDO NO EXERCÍCIO DO CARGO, E A PARTIR DA DATA DA POSSE.

ART.70º - O PROJETO DE RESOLUÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 68º, SERÁ DISCUTIDO NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE OUTUBRO.

CAPÍTULO - III

DA PERDA DO MANDATO

ART.71º - O VEREADOR PERDERÁ O MANDATO:

I POR FALTA ÀS SESSÕES POR MAIS DE 30 (TRINTA)DIAS OU FALTA DE 3 SESSÕES CONSECUTIVAS SEM LICENÇA, (INCISO II DO ARTIGO 17 DA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

II POR PROCEDIMENTO IMCOMPATÍVEL COM DECÔRO PARLAMENTAR / (CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO 48).

ART.72º - A PERDA DO MANDATO DO VEREADOR, NOS CASOS PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ARTIGO ANTERIOR, DAR-SE-Á, NOS TÊRMOS DO § 1º DO ARTIGO 48 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, MEDIÂNTE/ PROPOSTA DE QUALQUER VEREADOR OU RESPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DE PARTIDO POLÍTICO.

§ 1º - RECEBIDA PELA MÊSA, A REPRESENTAÇÃO SERÁ ESTA ENVIADA À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, PARA INSTAURAÇÃO DO RESPECTIVO PROCESSO, ASSEGURADA AMPLA, DEFESA/ AO ACUSADO.

§ 2º - A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SEMPRE QUE CONCLUIR PELA PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO, FORMULARÁ / PROJETO DE RESOLUÇÃO NESTE SENTIDO.

§ 3º - QUANDO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, PARECER, PRÉLIMINARMENTE, DESNECESSÁRIA A INSTAURAÇÃO DO / PROCESSO SÔBRE A PERDA DE MANDATO PROPORÁ LOGO, À CÂMARA ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

ART.73º - O PROCESSO DE PERDA DE MANDATO DE VEREADOR, POR PROCEDIMENTO INCOMPATÍVEL COM O DECÔRO PARLAMENTAR, SERÁ INSTAURADO POR INICIATIVA DA MÊSA OU MEDIANTE REPRESENTA-

§ 1º - TOMADA A INICIATIVA, OU RECEBIDA A REPRESENTAÇÃO SERÁ NOMEADA PELO PRESIDENTE, UMA COMISSÃO ESPECIAL DE 3 (TRÊS) MEMBROS QUE SE INCUMBIRÁ DO PROCESSO E APRESENTARÁ, AFINAL, SEU PARECER À CÂMARA.

§ 2º - APLICAM-SE AOS TRABALHOS DESSA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO NOS TÊRMOS DOS §§ 2º E 3º ARTIGO 72.

§ 3º - O PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL SERÁ DISCUTIDO E VOTADO EM SESSÃO SECRETA, SALVO SE O CONTRÁRIO FÔR DELIBERADO PELA CÂMARA.

ART.74º - NOS CASOS PRESCRITOS NOS NRS.1 E 2 DO ARTIGO 69º A PERDA DO MANDATO SERÁ DECLARADA PELA CÂMARA POR MAIORIA DE VOTOS. NO CASO DO INCISO II, SÊ-LO-Á PELO VOTO DE 2/3 (DOIS TÊRÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA, NA CONFORMIDADE DO QUE DISPÕE O PARÁGRAFO SEGUNDO, DO ARTIGO / 48 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ART.75º - SALVO DELIBERAÇÃO CONTRÁRIA O VOTO SERÁ SECRETO; NOS TÊRMOS DO § 3º, DO ARTIGO 72, SEMPRE QUE TIVER A CÂMARA DE RESOLVER SÔBRE A PERDA DE MANDATO DE VEREADOR.

CAPÍTULO - IV

DOS VEREADORES

ART.76º - SÃO OBRIGAÇÕES DOS VEREADORES:

I COMPARECER À CÂMARA, À HORA DETERMINADA PARA O INÍCIO DAS SESSÕES, OÚ COMUNÍCAR AO PRESIDENTE OU À SECRETARIA RIA, ANTECIPADAMENTE, SEMPRE QUE TIVER MOTIVO JUSTO / PARA NÃO COMPARECER.

II DESEMPENHAR-SE DOS ENCARGOS PARA OS QUAIS FÔR DESIGNADO, DANDO NO MAIS CURTO ESPAÇO DE TEMPO AS ÎNFORMAÇÕES E PARECERES DE QUE TIVER SIDO INCUMBIDO, SALVO MOTIVO JUSTO, SUJEITO A CONSIDERAÇÃO DA CÂMARA.

III PROPOR À CÂMARA, POR ESCRITO, TÔDAS AS MEDIDAS QUE / JULGAR CÔNVENIENTES AO MUNICÍPIÓ E À SEGURANÇA E BEM ESTAR DOS SEUS HABITANTES, BEM COMO IMPUGNAR AS QUE LHE PARECEREM PREJUDICAIS AO INTERÊSSE PÚBLICO;

IV FAZER DECLARAÇÕES DE BENS, NO INÍCIO E NO TÉRMINO DO/ MANDATO;

V VOTAR AS PROPOSTAS SUBMETIDAS A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA SALVO QUANDO SE TRATAR DE ASSUNTO DE SEUS INTERÊSSES/ PARTICULARES, OU DE INTERÊSSE DE PESSOAS QUE SEJA PRO

TÍTULO - V

DAS SESSÕES

CAPÍTULO-I

ART.77º - AS SESSÕES DA CÂMARA SERÃO ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS E SOLENES E SALVO DELIBERAÇÃO EM CONTRÁRIO, REALIZAR - SE-ÃO PÚBLICAMENTE.

§ 1º - PARA O EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, A CÂMARA REUNIR-SE-Á ORDINÀRIAMENTE, EXCETUADO O PERÍODO DE RECESSO, ÀS TERÇAS-FÉIRAS ÀS 14 HORAS (QUATORZE HORAS), ENCERRANDO-SE ÀS 18 (DEZOÍTO HORAS) .

§ 2º - QUANDO O DIA DE SESSÃO ORDINÁRIA FOR FERIADO, A CÂMARA REUNIR-SE-Á NO PRIMEIRO DIA ÚTIL IMEDIATO.

§ 3º - DE PRIMEIRO A 30 DE JULHO E DE 16 DE DEZEMBRO A 1º DE FEVEREIRO, BEM ASSIM, NA SEMANA SANTA, SÃO OS PERÍDDOS CONSIDERADOS DE FÉRIAS.

§ 4º - AS SESSÕES ORDINÁRIAS DO MÊS DE NOVEMBRO SERÃO DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE À DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA / ORÇAMENTÀRIA DO MUNÍCÍPIO, PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE / OU A SUA ELABORAÇÃO.

ART.78º - AS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS PODERÃO SER DIURNAS OU NOTURNAS, NOS PRÓPRIOS DIAS DAS SESSÕES, ORDINÁRIAS, ANTES OU DEPOIS DESTAS, NOS DOMINGOS E FERIADOS, SERÃO / CONVOCADOS, POR INICIATIVA DO PRESIDENTE, PELO PREFEITO MUNICIPAL OU DELIBERAÇÃO DA CÂMARA, A REQUERIMENTO/ PELO MENOS DE 3 VEREADORES.

§ 1º - SALVO CASO DE EXTREMA URGÊNCIA, AS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS SERÃO CONVOCADAS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE DOIS/ DIAS E NELAS SE PODERÁ TRATAR DE ÂSSUNTOS EXTRANHOS AO QUE HOUVER DETERMINADO A CONVOCAÇÃO.

§ 2º - AS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS TERÃO A DURAÇÃO DAS ORDINÁRIAS NO QUE SE REFEREM AO PERÍODO DA ORDEM DO DIA, EXCLUINDO O EXPEDIENTE E EXPLICAÇÃO PESSOAL, E SERÃO SUSPENSAS TÃO LOGO ESTEJA TERMINADA A DSICUSSÃO DA MATÉRIA EM PAUTA.

§ 3º - SEMPRE QUE O PRESIDENTE CONVOCAR SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS FARÁ COMUNICAÇÕES AOS VEREADORES, EM SESSÃO, POR AVISO, E PUBLICAÇÃO PELAS IMPRENSAS.

ART.79º - MEDIANTE APROVAÇÃO DA CÂMARA AS SESSÕES PODERÃO SER PRORROGADAS POR UMA ÚNICA VÊZ, POR TEMPO DETERMINADO A REQUERIMENTO DE 3 (TRÊS)VEREADORES, NÃO PODENDO TAL REQUERIMENTO SER DISCUTIDO NEM SOFRER ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO.

ART.80º - SERÃO SOLENES AS SESSÕES DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS, A DESIGNADA PARA POSSE DO PREFEITO E / DA MÊSA DA CÂMARA COM OUTRAS, QUE, COMO TAIS, SEJAM / CONVÔCADAS PÊLO PRESIDENTE DA CÂMARA COM APROVAÇÃO / DO PLENÁRIO. PARA ESSAS SESSÕES SERÃO CONVIDADAS AS AUTORIDADES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO.

CAPITULO - II

DAS SESSÕES PÚBLICAS

ART.81º - A HORA DO INÍCIO DAS SESSÕES, OS MEMBROS DA MÊSA E OS VEREADORES OCUPARÃO SEUS LUGARES.

ART.82º - O PRESIDENTE MANDARÁ FAZER A CHAMADA PELO PRIMEIRO / SECRETÁRIO, A FIM DE VERIFICAR SE HÁ NÚMERO LEGAL. HAVENDO, DECLARARÁ ABERTA A SESSÃO, INICIANDO-A, TODOS DE PÉ, COM A INVOCAÇÃO:
REUNIDOS SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS OS NOSSOS TRABALHOS.

§ 1º - NÃO HAVENDO NÚMERO LEGAL, MAS VERIFICADO A PRESENÇA, DE, PELO MENOS, UM TÊRÇO DOS MEMBROS DA CÂMARA (3 - VEREADORES), O PRESIDENTE MANDARÁ LER O EXPEDIENTE / QUE NÃO DEPENDE DE VOTAÇÃO PARA TER O CONVENIENTE DESTINO. TERMINADA ESSA LEITURA AGUARDARÁ NO MÁXIMO ATÉ ÀS 14,20 (QUATORZE E VINTE)HORAS PARA A NOVA CHAMADA.

§ 2º - SE AINDA NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA LEGAL DECLARARÁ O PRESIDENTE QUE NÃO HÁ SESSÃO POR FALTA DE NÚMEROS, DANDO POR ENCERRADOS OS TRABALHOS, ANUNCIANDO ANTES, A ORDEM DO DIA DA SESSÃO SEGUINTE.

§ 3º - EMBORA NÃO HAJA SESSÃO, SERÁ LAVRADO UM TÊRMO DE COMPARECIMENTO DOS TRABALHOS, O QUAL NÃO DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO.

CAPÍTULO - III

EXPEDIENTE

ART.83º - AS SESSÕES DA CÂMARA COMPÕE-SE DE 3 (TRÊS) PARTE: EXPEDIENTE, ORDEM DO DIA E EXPLICAÇÕES PESSOAIS.

§ 1º - O EXPEDIENTE COM DURAÇÃO MÁXIMA DE DUAS HORAS IMPORROGÁVEL SERÁ DESDOBRADA EM GRANDE EXPEDIENTE E PEQUENO / EXPEDIENTE, RESPECTIVAMENTE.

§ 2º - O GRANDE EXPEDIENTE, COM A DURAÇÃO MÁXIMA DE 60 (SESSENTA) MINUTOS, SERÁ PARA A LEITURA, ENCAMINHAMENTO E VOTAÇÃO DA MATÉRIA ESCRITA, INDEPENTE DE DISUCSSÃO.

§ 3º - O PEQUENO EXPEDIENTE COM SESSENTA MINUTOS DE DURAÇÃO, SERÁ PARA COMUNICAÇÕES VERBAIS DOS SENHORES VEREADORES, E DEBATES DOS REQUERIMENTOS QUE DEPENDEREM DE DISCUSSÃO, / SENDO QUE CADA VEREADOR PODERÁ FALAR, NO MÁXIMO 10 (DEZ) MINUTOS.

ART.84º - DURANTE AS SESSÕES SÓMENTE OS VEREADORES PODERÃO PERMANECER NO PLENÁRIO, NÃO SE ADMITINDO SOB NENHUMA HIPÓTESE, ATOS QUE PREJUDIQUEM O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DEVENDO OS ORADORES AO FALAR, FAZEREM-NO VOLTADOS PARA A/ MÊSA E SEMPRE DE PÉ.

§ ÚNICO - A JUÍZO DA MÊSA PODERÃO PERMANECER NO PLENÁRIO OS FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS AO ANDAMENTO DOS TRABALHOS.

ART.85º - A CÂMARA PODERÁ DESTINAR A PRIMEIRA HORA DE SUAS SESSÕES A CÔMEMORAÇÕES CÍVICAS PODENDO INTERROMPÊ-LAS PARA RECEPÇÃO DE ALTAS AUTORIDADES SEMPRE POR DELIBERAÇÃO DO/ PEENÁRIO.

§ 1º - A NÃO SER NESSAS OCASIÕES, OU QUANDO DA PRESENÇA DO PREFEITO EM PLENÁRIO, SÒMENTE OS VEREADORES PODERÃO USAR / DA PALAVRA NO RECINTÓ DA CÂMARA.

§ 2º - AS VISITAS RECEBIDAS PELA CÂMARA, NO PLENÁRIO, NOS DIAS DE SESSÕES, PODERÃO USAR DA PALAVRA PARA AGRADECER A SAUDAÇÃO QUE LHES SEJA FEITA PELO LEGISLATIVO.

ART.86º - NAS SOLENES OBSERVADAS A ORDEM DOS TRABALHOS ESTABELECIDOS PELO PRESIDENTE.

ART.87º - A SESSÃO PODERÁ SER SUSPENSA EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DOS QUE TIVEREM SIDO PRESIDENTE OU VICE-PRESIDÉNTE DA REPÚBLICA, PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, GOVERNADOR OU VICE-GOVERNADOR, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA , DOS QUE FALECERAM OU APÓS O EXERCÍCIO DO MANDATO DO PREFEITO OU DE VEREADOR MUNICIPAL DE TOLEDO.

§ ÚNICO - FORA DÊSTES CASOS, SÓ MEDIANTE REQUERIMENTO ASSINADO / POR UM TERÇO (3 VEREADORES), NO MÍNIMO DOS MEMBROS DA / CÂMARA, CABENDO AO PREFEITO DEFERIR ÊSSES REQUERIMENTOS.

ART.88º - ABERTA A SESSÃO, SERÁ DADO INÍCIO À PARTE DO EXPEDIENTE, COM A LEITURA E DISCUSSÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR A QUAL, NÃO SOFRENDO IMPUGNAÇÃO CONSIDERAR-SE-Á / INDEPENDENTE DE VOTAÇÃO.

§ 1º - OS VEREADORES PODERÃO FALAR SÔBRE A ATA, APENAS UMA / VÊZ NO MÁXIMO 3 (TRÊS) MINUTOS, PARA IMPUGNÁ-LA OU PEDIR A SUA RETIFICAÇÃO.

§ 2º - AS ATAS SERÃO DATILOGRAFADAS EM PAPEL, E LAVRADAS EM LIVRO COMPETENTE APÓS A RÚBRICA DO PRESIDENTE.

§ 3º - APROVADA A ATA, SERÁ A MESMA ASSINADA PELO PRESIDENTE E PRIMEIRO SECRETÁRIO.

ART.89º - APROVADA A ATA, O PRIMEIRO SECRETÁRIO FARÁ A LEITURA / DO EXPEDIENTE, A SABER: SÚMULA DE CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA, INDICAÇÕES, MENSAGEM DO EXECUTIVO, PROJETO DE / LEI E DE RESOLUÇÃO E REQUERIMENTO.

§ 1º - QUALQUER MATÉRIA ENCAMINHADA À MÊSA PELO VEREADOR, DEVERÁ SER DATILOGRAFADA E EXTRAÍDA EM DUAS VIAS SEM O QUE NÃO SERÁ INCLUIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO.

ART.90º - NA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE, QUALQUER VEREADOR PODERÁ, PÔR INSCRIÇÃO NO LIVRO PRÓPRIO, NA SESSÃO OBTER A PALAVRA POR 10 MINUTOS, PARA JUSTIFICAR PROJETOS E REQUERIMENTOS, QUANDO SE TRATAR DE DISCUSSÃO DE REQUERIMENTO, APENAS UM VEREADOR PODERÁ DISCUTÍ-LO, DEVENDO / FAZÊ-LO ANTES DO AUTOR. NÃO SE ADMITIRÁ A RÉPLICA.

§ ÚNICO - A MÊSA ANOTARÁ O NOME DO VEREADOR QUE SOLICITARÁ DISCUSSÃO DO REQUERIMENTO, DANDO PREFERÊNCIA AO QUE TIVER O SEU NOME NO LIVRO PRÓPRIO, PARA FALAR NO PEQUENO EXPEDIENTE.

CAPÍTULO - IV

ORDEM DO DIA

ART.91º - FINDA A HORA DO EXPEDIENTE OU ANTES, SE NENHUM VEREADOR HOUVER PEDIDO A PALAVRA PASSAR-SE-Á LOGO À PARTE / RELATIVA À ORDEM DO DIA, TRATANDO-SE DA MATÉRIA RESPECTIVA, QUE DEVERÁ ESTAR PUBLICADA E DISTRIBUIDA AOS VEREADORES.

§ ÚNICO - A MATÉRIA DA ORDEM DO DIA, SALVO A CONCESSÃO DA INVERSÃO PREFERENCIAL SERÁ ASSIM DISTRIBUIDA:

I MATÉRIA EM SEGUNDA DISCUSSÃO;

II MATÉRIA EM DISCUSSÃO ÚNICA;

CAPÍTULO - V

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

ART.92º - ESGOTADA A ORDEM DO DIA, E SE NENHUM VEREADOR ESTIVER INSCRITO PARA EXPLICAÇÃO PESSOAL OU FINDO O PRAZO DA/ SESSÃO, ÀS 18 HORAS O PRESIDENTE ENCERRARÁ A SESSÃO , DEPOIS DÉ ANUNCIAR A ORDEM DO DIA DA SESSÃO SEGUINTE.

§ ÚNICO - O PRESIDENTE PODERÁ PRORROGAR O TEMPO DA SESSÃO, A REQUERIMENTO SUBSCRITO POR 3 (TRÊS) VEREADORES COM APROVAÇÃO DA MAIORIA DA CÂMARA.

ART.93º - A INSCRIÇÃO PARA EXPLICAÇÃO PESSOAL SERÁ FEITA PELO / VEREADOR EM LIVRO ESPECIAL, DE PRÓRRIO PUNHO.

§ ÚNICO - TERÃO PREFERÊNCIA PARA FALAR EM PRIMEIRO LUGAR OS ORADORES INSCRITOS NO EXPEDIENTE E QUE NÃO PUDEREM DEBATER OS REQUERIMENTO DADOS À DISCUSSÃO. SEGUIR-SE-Á OS QUE, INSCRITOS NO EXPEDIENTE, NÃO USARAM DA PALAVRA.

ART.94º - EM EXPLICAÇÃO PESSOAL O VEREADOR PODERÁ FALAR DURANTE 15 MINUTOS VERSANDO ASSUNTO DE SUA ESCOLHA.

CAPÍTULO - VI

DA URGÊNCIA - INVERSÃO PREFERENCIAL E ADIAMENTO

ART.95º - A ORDEM DO DIA SÓ PODERÁ SER ALTERADA OU INTERROMPIDA POR MOTIVO DE URGÊNCIA, INVERSÃO, PREFERÊNCIA OU ADIAMENTO.

§ 1º - A INVERSÃO PREFERENCIAL SERÁ REQUERIDA POR 3 (TRÊS)VEREADORES, ANTES DO INÍCIO DO DEBATE DO PRIMEIRO ÍTEM, DA ORDEM DO DIA, SENDO OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO ESCRITA DAS CAUSAS QUE FUNDAMENTAM A SOLICITAÇÃO.

§ 2º - O ADIAMENTO SÓ SERÁ PROPÔSTO PELO AUTOR, POR TEMPO DETERMINADO SEJA QUAL FÔR Ô ESTADO EM QUE SE ACHAR A DISCUSSÃO.

ART.96º - A URGÊNCIA É A DISPENSA DE EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS,SALVO A ÐE NÚMERO LEGAL E PARECER, PARA QUE DETERMINADA/ PROPOSIÇÃO SEJA IMEDIATAMENTE CONSIDERADA OBJETO DE DELIBERAÇÃO.

§ ÚNICO - A PROPOSIÇÃO CUJA MATÉRIA FICARIA PREJUDICADA SE NÃO/ FÔSSE DISCUTIDA E VOTADA IMEDIATAMENTE E QUE SERÁ CONSIDERADA EM REGIME DE URGÊNCIA.

ART.97º - CONSEGUIDA A URGÊNCIA PARA A PROPOSIÇÃO SEM PARECER, AS COMISSÕES COMPETÊNTES EMITÍ-LO-ÃO VERBALMENTE DESDE QUE ESTEJAM DE ACÔRDO A MAIORIA DES SEUS MEMBROS.

§ 1º - NA IMPOSSIBILIDADE DE MANIFESTAÇÃO DE QUALQUER DAS COMISSÕES COMPETENTES O PRESIDENTE DESIGNARÁ RELATOR ESPECIAL E MEMBROS "AD-HOC".

§ 2º - EM AMBOS OS CASOS O PRESIDENTE MARCARÁ O PRAZO DEVIDO;

§ 3º - PARA EFEITO DÊSTE ARTIGO, A SESSÃO FICARÁ, SE NECESSÁRIO AUTOMÀTICAMENTE PRORROGADA.

ART.98º - A CONCESSÃO DE URGÊNCIA DEPENDERÁ DE REQUERIMENTO ESCRITO, QUE SÒMENTE PODERÁ SER SUBMETIDO A DELIBERAÇÃO DO / PLENÁRIO SE FÔR APRESENTADO, COM A NECESSÁRIA JUSTIFICATIVA QUANTO AÔS MOTIVOS DE SUA APRESENTAÇÃO.

I PELA MÊSA SE TRATAR DE PROPOSIÇÃO DE SUA AUTORIA;

II PELA COMISSÃO COMPETENTE PARA OPINAR SÔBRE O MÉRITO DA / PROPOSIÇÃO;

III PELO AUTOR E SUBSCRITA POR MAIS DE TRÊS VEREADORES;

IV POR UM TÊRÇO, NO MÍNIMO DOS MEMBROS DA CÂMARA;

ART.99º - O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA APRESENTADO E PROTOCOLADO NA SECRETARIA DA CÂMARA ÂTÉ NO MÁXIMO DE ÀS 15 HORAS DO DIA ANTERIOR À SESSÃO, SERÁ ANUNCIADO E SUBMETIDO AO PLENÁRIO DURANTE O TEMPO DESTINADO À ORDEM DO DIA.

ART.100º - APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, ENTRARÁ IMEDIATAMENTE A MATÉRIA RESPECTIVA EM DISCUSSÃO, FICANDO PREJUDICADA A ORDEM DO DIA DA SESSÃO ATÉ A SUA DECISÃO.

ART.101º - SE A MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA NÃO FÔR DECIDIDA DURANTE A SESSÃO, DEVERÁ O PRESÍDENTE DA CÂMARA CONSULTARO PLENÁRIO NA SESSÃO SEGUINTE SÔBRE A CONTÍNUIDADE DA URGÊNCIA, SE ESTA NÃO FÔR MANTIDA Â PROPOSIÇÃO PASSARÁ AUTOMÀTICAMENTE A SEGUIR OS TRAMITES ORDINÁRIOS.

ART.102º - A INVERSÃO PREFERENCIAL CONSTITUIRÁ NA SIMPLES ANTEPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM PAUTA, DE FORMA ELA SEJA CONHECIDA PELA CASA SEM OBSERVÂNCIA DA ESCALA DA ORDEM DO DIA, MAS SUAS/ DISCUSSÕES E VOTAÇÃO NÃO DISPENSARÁ A OBSERVÂNCIA DE TÔDAS AS DEMAIS EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS. A ANTECIPAÇÃO PERDURÁRÁ ATÉ A DECISÃO FINAL DA MATÉRIA.

CAPÍTULO - VII

DAS SESSÕES SECRETAS

ART.103º - HAVENO MOTIVO RELEVANTE, A CÂMARA PODERÁ REALIZAR SESSÃO SECRETA, POR DELIBERAÇÃO DA MÊSA, OU QUANDO ASSIM FÔR REQUERIDO CABENDO AO PRESIDENTE DA CÂMARA DEFERIR ÊSSE REQUERIMENTO OU SUBMETÊ-LO A VOTAÇÃO SEM DISCUSSÃO.

§ 1º - QUANDO SE TIVER DE CELEBAR SESSÃO SECRETA, O PRESIDENTE DA CÂMARA TORNARÁ PÚBLICO QUE A CÂMARA PASSARÁ ASSIM A DELIBERAR. AS PORTAS DOS SALÕES SERÃO FECHADOS VEDANDO-SE A ENTRADA NAS IMEDIAÇÕES, TANTO ÀS PESSOAS DE FORA, COMO AOS FUNCIONÁRIOS DA CASA. ESTÁS DELIBERAÇÕES SERÃO EXECUTADAS PELO 1º SECRETÁRIO.

§ 2º - DELIBERADA A SESSÃO SECRETA, DESDE QUE DEVA SER INTERROMPIDA A SESSÃO PÚBLICA, O PRESIDENTE FARÁ SAIR, DO RECINTO DOS RESERVADOS, DAS GALERIAS E SUAS DEPENDÊNCIAS, TÔDAS AS PESSOAS ESTRANHAS INCLUSSVE OS FUNCIONÁRIOS DA CASA.

§ 3º - ABERTA A SESSÃO SECRETA, A CÂMARA DECIDIRÁ PRELIMINARMENTE, SE O OBJETO PROPÔSTO DEVA CONTINUAR A SER TRATADO SECRETAMENTE, EM CÁSO CONTRÁRIO A SESSÃO SE TORNARÁ PÚBLICA.

§ 4º --CABE AO PROMEIRO SECRETÁRIO LAVRAR A RESPECTIVA ATA, QUE LIDA E APROVADA NA MESMA SESSÃO, SERÁ ARQUIVADA / COM FÊCHO LACRADO E RUBRICADO.

ART.104º - ANTES DE SE LAVRAR A SESSÃO SECRETA A CÂMARA RESOLVERÁ MEDIANTE DISCUSSÃO, SE A MATÉRIA DECÎDIDA DEVERÁ / OU NÃO SER PUBLICADA NO TODO OU EM PARTE.

TÍTULO - VI

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO - I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.105º - PROPOSIÇÃO É TÔDA A MATÉRIA SUJEITA À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA.

ART.106º - AS PROPOSIÇÕES PODERÃO CONSISTIR EM : PROJETO DE RESOLUÇÃO, PROJETO DE LEI, INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS SUBSTITUTIVOS E EMENDAS, SUB-EMENDAS, PARECERES E RECURSOS

ART.107º - TÔ[illegible]

ART.108º - A MÊSA DEIXARÁ DE ACEITAR QUALQUER PROPOSIÇÃO:

I SÔBRE ASSUNTO ALHEIO À COMPETÊNCIA DA CÂMARA;

II QUE DESLEGUE A OUTRO PODER DE ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.

III ANTE REGIMENTAL.

IV QUE, ALUDINDO À LEI OU ARTIGO DE LEI, DECRETO, REGULAMENTO OU QUALQUER OUTRO DISPOSITIVO, NÃO SE FAÇA ACOMPANHAR DE SUA TRAMITAÇÃO, OU SEJA REDIGIDO, DE MODO QUE NÃO SAIBA A SIMPLES LEITURA, QUAL A PROVIDÊNCIA OBJETIVA;

V QUE CONTENHA EXPRESSÃO OFENSIVA A QUEM QUER QUE SEJA;

VI QUE SEJA APRESENTADO POR VEREADOR LICENCIADO OU AUSENTE À SESSÃO;

VII QUE TENHA SIDO REJEITADA E NOVAMENTE APRESENTADA ANTES/ DO TRANSCURSO DO PRAZO REGIMENTAL.

ART.109º - CONSIDERAR-SE-Á AUTOR DA PROPOSIÇÃO, PARA EFEITOS REGIMENTAIS, O SEU PRIMEIRO SIGNATÁRIO, E, NA AUSÊNCIA OS / DEMAIS SIGNATÁRIOS, PELA ORDEM CRONOLÓGICA DE SUA ASSINATURAS.

ART.110º - O AUTOR DA PROPOSIÇÃO PODERÁ FUNDAMENTÁ-LA POR ESCRITO/ OU VERBALMENTE NO PEQUENO EXPEDIENTE.

ART.111º - TODOS OS PROCESSOS, SERÃO NUMERADOS POR FÔLHAS SUBPOSTAS CRONOLÒGICAMENTE A PARTIR DA INICIAL.

ART.112º - QUANDO, POR EXTRAVIO E RETENSÃO INDEVIDA, NÃO FÔR POSSÍVEL O ANDAMENTO DE QUALQUER PROPOSIÇÃO, VENCIDOS OS PRAZOS REGIMENTAIS A MÊSA FARÁ, RECONSTITUIR O RESPECTIVO/ PROCESSO PELOS MEIOS A SEU ALCANCE E PROVIDENCIARÁ A SUA TRAMITAÇÃO ULTERIOR.

ART.113º - DA DECISÃO DA MÊSA CABERÁ RECURSO AO PLENÁRIO, QUE DEVERÁ SER APRESENTÂDO PELO AUTOR E ENCAMINHADO PELO PRESIDENTE À COMISSÃO DE JUSTIÇA, CUJO PARECER SERÁ INCLUIDO / NA ORDEM DO DIA E APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ART.114º - AS PROPOSIÇÕES REJEITADAS PELA CÂMARA SÒMENTE PODERÃO / SER RENOVADAS:

I OS PROJETOS DE LEI OU DE RESOLUÇÃO, SEIS MESES APÓS A REJEIÇÃO;

II OS REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES TRÊS MESES APÓS A REJEIÇÃO.

CAPÍTULO - II

DOS PROJETOS

ART.115º - TÔDA A MATÉRIA LEGISLATIVA DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA SERÁ OBJETO DE PROJETO DE LEI, TÔDA A MATÉRIA ADMINISTRATIVA OU POLÍTICA ADMINISTRATIVA SUJEITA A DELIBERAÇÃO / DA CÂMARA SERÁ OBJETO DE RESOLUÇÃO.

§ ÚNICO - CONSTITUE MATÉRIA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO:

I PERDA DE MANDATO DE VEREADOR;

II PERDA DE MANDATO DE PREFEITO;

III DISTITUIÇÃO DE MEMBRO DA MÊSA;

IV LECENÇA DE PREFEITO;

V FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE PREFEITO;

VI VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA;

VII ASSUNTOS DE ECONOMIA INTERNA DA CÂMARA;

VIII APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO.

IX ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO;

X JULGAMENTO DE RECURSOS DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA;

XI DEMAIS ATOS QUE INDEPENDEM DA SAÑÇÃO DO PRÊFEITO.

ART.116º - PROJETO DE LEI É A PROPOSIÇÃO QUE TEM POR FIM REGULAR / AS MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA CÂMARA DEVENDO SER PRECEDIDO DE TÍTULOS ENUNCIATIVO DE SEU OBJETIVO, ESCRITOS EM ARTIGOS CONSISOS, CLAROS, NUMERADOS E CONCEBIDOS NOS MESMOS TÊRMOS EM QUE TENHA DE FICAR COMO LEI E ASSINADOS PELO AÚTOR OU AUTORES.

§ ÚNICO - DEVE O PROJETO DE LEI CONTER SIMPLESMENTE A ENUMERAÇÃO / DA VONTADE LEGISLATIVA SEM PREÂMBULOS NEM RAZÕES, DEVENDO O AUTOR JUSTIFICÁ-LO EM SEPÂRADO POR ESCRITO OU VERBALMENTE.

ART.117º - OS PROJETOS DE LEI OU DE RESOLUÇÃO DEVERÃO SER APOIADOS/ POR DOIS VEREADORES, NO MÍNIMO, SE O APOIAMENTO NÃO SE / DER POR ESCRITO, O PRESIDENTE CONSULTARÁ O PLENÁRIO A / RESPEITO, SEM DUSCUSSÃO, CONSIDERANDO-SE REJEITADO, PELO MENOS, SE DOIS VEREADORES NÃO O APOIAREM.

§ 2º - PARA EMITIR PARECER A COMISSÃO TERÁ O PRAZO REGIMENTAL.

ART.124º- A INDICAÇÃO PODERÁ CONSTITUIR NA SUGESTÃO DE SE ESTUDAR DETERMINADOS ASSUNTOS PARA CONVERTÊ-LO EM PROJETO DE LEI OU DE RESOLUÇÃO, SENDO PELO PRESIDENTE ENCAMINHADO À COMISSÃO COMPETENTE.

§ 1º - ACEITA A SUGESTÃO ELABORARÁ A COMISSÃO O PROJETO RESPECTIVO QUE DEVERÁ SEGUIR TRAMITES REGIMENTAIS.

§ 2º - OPINANDO A COMISSÃO EM CONTRÁRIO, SERÁ O PARECER DISCUTIDO E VOTADO NA ORDEM DO DIA DA SESSÃO SEGUINTE.

§ 3º - REJEITADO O PARECER, SERÁ LÍCITO AO AUTOR OU A QUALQUER VEREADOR APRESENTAR PROJETO A RESPEITO, QUE SEGUIRÁ A TRAMITAÇÃO REGIMENTAL.

CAPÍTULO - IV

DOS REQUERIMENTOS

ART.125º - REQUERIMENTO É TODO PEDIDO VERBAL OU ESCRITO FEITO AO PRESIDENTE DA CÂMARA OU POR SEU INTERMÉDIO, SÔBRE ASSUNTO DO EXPEDIENTE OU DE ORDEM POR QUALQUER VEREADOR OU COMISSÃO.

§ ÚNICO - SÃO AINDA CONSIDERADOS REQUERIMENTOS OS PEDIDOS DE QUALQUER VEREADOR PARA QUE A CÂMARA MUNICIPAL SE MANIFESTE, ATRAVÉS DE OFÍCIO, TELEGRAMA OU OUTRA FORMA ESCRITA, SÔBRE DETERMINADOS ASSUNTOS.

ART.126º - OS REQUERIMENTOS SÃO DE DUAS ESPÉCIES:

I - OS SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE;
II - OS SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO.

ART.127º - ESTÃO SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE, VERBAIS E INDEPENDENDO DE DISCUSSÃO, OS REQUERIMENTOS QUE SOLICITAREM:

I - A PALAVRA OU DESISTÊNCIA DELA;
II - A POSSE DE VEREADOR SUPLENTE;
III - PERMISSÃO PARA FALAR SENTADO;
IV - A LEITURA DE QUALQUER MATÉRIA PARA CONHECIMENTO DOP PLENÁRIO;
V - A OBSERVÂNCIA DO DISPOSITIVO REGIMENTAL;
VI - A RETIFICAÇÃO DA ATA.
VII - A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO DE VOTO EM ATA;
VIII - A RETIRADA, PELO AUTOR DE REQUERIMENTO VERBAL OU ESCRITO, AINDA NÃO SUBMETIDO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO;
IX - A RETIRADA PELO AUTOR, DE PROPOSIÇÃO COM PAREDER CONTRÁRIO OU SEM PARECER, AINDA NÃO SUBMETIDO À

X VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO DE PRESENÇA;

XI INFORMAÇÕES SÔBRE OS TRABALHOS OU A PAUTA DA ORDEM DO DIA;

XII A RETIRADA DE PARECER CONTRÁRIO, POR PARTE DA COMISSÃO QUE O EXAROU;

XIII PREENCHIMENTO DE LUGAR NA COMISSÃO;

XIV INCLUSÃO DE PROPOSIÇÃO NA ORDEM DO DIA NOS TÊRMOS DÊSTE REGIMENTO, DESDE QUE SÔBRE ELA HAJA EMITIDO O PARECER PELA COMISSÃO COMPETENTE.

XV INSERÇÃO EM ATA DE DOCUMENTOS.

ART.128º -SERÃO DE ALÇADA DO PRESIDENTE E INSCRITOS OS REQUERIMENTOS QUE SOLICITAREM:

I RENÚNCIA DE MEMBRO DA MÊSA OU COMISSÃO;

II AUDIÊNCIA DE COMISSÃO QUANDO APRESENTADA POR OUTRA;

III DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA RELATAR PARECER / NOS CASOS PREVISTOS NO PARÁGRAFO TERCEIRO DO ARTIGO 135.

IV JUNTADA OU DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS;

V INFORMAÇÕES EM CARÁTER OFICIAL SÔBRE ATO DA MÊSA OU DA CÂMARA;

VI VÔTOS DE PESAR POR FALECIMENTO.

ART.129º -A PRESIDÊNCIA É SOBERANA NA DECISÃO SÔBRE OS REQUERIMENTOS CITADOS NOS ARTIGOS 127 E 128, SALVO OS QUE O PRÓPRIO REGIMENTO OBRIGA A SUA AUSÊNCIA.

ART.130º--DEPENDEM DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO E SERÃO VERBAIS: SUJEITOS A DISCUSSÃO, PODENDO SER VOTADO COM QUALQUER / NÚMERO OS REQUERIMENTOS QUE SOLICITAREM:

I INSERÇÃO EM ATA DE VOTO RIGOSIJO OU PESAR POR DETERMINADO EVENTO;

II LEVANTAMENTO DE SESSÃO POR MOTIVO DE PESAR OU DE RIGOSIJO, OU A INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS PARA RECEPÇÃO À VISITAS ILUSTRES;

III OPÇÃO DA CÂMARA, SÔBRE DOIS PROJETOS REFERENTES AO MESMO ASSUNTO;

IV VOTOS DE LOUVOR OU CONGRATULAÇÃO.

§ ÚNICO -SERÁ DADO PREFERÊNCIA NA DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E AOS PEDIDOS DE VOTO DE RIGOSIJO, PESAR, LOUVOR OU CONGRATULAÇÕES

ART.131º -DEPENDEM DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO E SERÃO VERBAIS SUJEITOS À DISCUSSÃO, MAS SÓ PODERÃO SER VOTADOS COM A / PRESENÇA DA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES OU REQUERIMENTOS QUE SOLICITAREM:

I DISPENSA DE INTERSTÍCIO, PARA INCLUSÃO DE DETERMINADA PROPOSIÇÃO NA ORDEM DO DIA, RESSALVADAS AS HIPÓTESES/ PREVISTAS NA LEI ORGÂNCIA DOS MUNICÍPIOS;

II RETIRADA DE PROPOSIÇÃO, SUBSTITUTIVO, EMENDA OU SUB - EMNDA COM PARECER FAVORÁVEL, PELO AUTOR;

III DESTAQUE DE EMENDA APROVADA, OU DE PARTE DE PROPOSI - ÇÃO, PARA CONSTITUIR PROJETO SEPARADO;

IV REVOGAÇÃO DE ATO DA MÊSA RECUSANDO EMENDAS AO PROJETO DE ORÇAMENTO;

V DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÃO POR CAPÍTULO, GRUPOS DE ARTIGOS OU EMENDAS;

VI AUDIÊNCIA DE COMISSÃO SÔBRE ASSUNTOS EM PAUTA.

ART.132º -DEPENDEM DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO E SERÃO INSCRITOS, SUJEITOS À DISCUSSÃO, SÓ PODENDO SER VOTADOS PELA MAIO RIA ABSOLÚTA DOS VEREADORES, OS REQUERIMENTOS QUE SOLI CITAREM:

I ADIAMENTO DE DISCUSSÃO E DE VOTAÇÃO;

II ENCERRAMENTO DE DISCUSSÃO, DE ACÔRDO COM O ARTIGO 158, DÊSTE REGIMENTO.

III RÊMESSA À DETERMINADA COMISSÃO DE PROCESSO DESPACHADO, À OUTRA.

IV VOTAÇÃO POR DETERMINADO PROCESSO;

V PREFERÊNCIA;

VI URGÊNCIA;

VII DISPENSA DE PROJETO À COMISSÃO DE REDAÇÃO, NOS CASOS / PREVISTOS NESTE REGIMENTO;

VIII PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA;

IX SESSÃO SECRETA;

X NOMEAÇÕES DE COMISSÕES ESPECIAIS OU DE REPRESENTAÇÃO;

XI REUNIÃO DA CÂMARA EM COMISSÃO GERAL;

XII SESSÕES E REUNIÕES ORDINÁRIAS,DIGO, EXTRAORDINÁRIAS;

XIII PEDIDOS DE INFORMAÇÕES OFICIAIS DO PREFEITO;

XIV INFORMAÇÕES SOLICITADAS À OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS OU PARTICULARES;

XV CONVOCAÇÃO DO PREFEITO PARA PRESTAR INFORMAÇÕES EM PLE- NÁRIO.

ART:133º - A NENHUM VEREADOR SERÁ PERMITIDO FAZER SEU REQUERIMENTO DE OUTRO, DEPOIS DE POR ÊSTE RETIRADO.

ART.134º - INDEPENDERÃO DE APOIAMENTOS OS REQUERIMENTOS VERBAIS, E OS SUBSCRITOS POR TRÊS VEREADORES, NO MÍNIMO.

ART.135º - OS REQUERIMENTOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 125, PARÁGRAFO ÚNICO, SERÃO INSCRITOS E SUJEITOS A APOIAMENTO.

§ 1º - OS REQUERIMENTOS DE QUE TRATA ÊSTE ARTIGO ESTÃO SUJEITOS À INTERSTÍCIOIO QUE PODERÁ SER DISPENSADO SE A CÂMARA A PEDIDO DO AUTOR, RECONHECER COM URGÊNCIA, QUANDO DESPACHADO PARA A ORDEM DO DIA PARA A MÊSMA SESSÃO.

§ 2º - SE O REQUERIMENTO CONTIVER MATÉRIA RELEVANTE OU NÃO / POSSUIR REDAÇÃO COMPATÍVEL, PODERÁ QUALQUER VEREADOR/ PEDIR AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DA CÂMARA OU DE COMISSÃO/ ESPECIAL SÊ O SEU OBJETO, NÃO FOR DE ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DE NENHUMA DAS COMISSÕES PERMANENTES.

§ 3º - NO CASO DE URGÊNCIA, RECONHECIDO PELA CÂMARA, E CORRENDO A HIPÓTESE DO PARÁGRAFO ANTERIOR, PODERÁ SER / VERBAL O PARECER DA COMISSÃO.

ART.136º - OS REQUERIMENTOS, PETIÇÕES OU REPRESENTAÇÕES DE INTERESSADOS NÃO VEREADORES, QUANDO VERSAM SÔBRE ASSUNTOS DA ATRIBUIÇÃO DA CÂMARA SERÃO ENCAMINHADÔS PELO PRESIDENTE À COMISSÃO OÚ COMISSÕES COMPETENTES PARA EMITIR PARECER QUE SERÁ SUBMETIDO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA.

§ 1º - QUANDO OS PAPÉIS MENCIONADOS NÊSTE ARTIGO NÃO SE REFERIREM À MATÉRIA MANIFESTAMENTE ESTRANHA À ATRIBUIÇÃO/ DA CÂMÁRA, OU NÃO ESTIVEREM EM TÊRMOS OU DEPENDEREM / DO CÛMPRIMENTO DE FORMALIDADES LÊGAIS, O PRESIDENTE / OS ENCAMINHARÁ À AUTORIDADE COMPETENTE OU OS DEFIRIRÁ QU DETERMINARÁ Ó PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS.

§ 2º - OS REQUERIMENTOS NÃO PODERÃO SER EMENDADOS, SOB QUALQUER HIPÓTESE, A NÃO SER PELO PRÓPRIO AUTOR DA PROPOSIÇÃO.

CAPÍTULO - V

DAS EMENDAS

ART.137º - EMENDA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO ASSESÓRIO DE / OUTRA.

ART.138º - AS EMENDAS SÃO, SUPRESSIVAS, SUBSTITUTIVAS, ADITIVAS E MODIFICATIVAS.

§ 1º - A EMENDA SUPRESSIVA É A PROPOSIÇÃO QUE MANDA ERRADICAR QUALQUER PARTE DE OUTRA.

§ 2º - EMENDA SUBSTITUTIVA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNIA DE OUTRA QUE PODERÁ SER APRESENTADA POR UM VEREADOR OU COMISSÃO PARA SUBSTITUIR OUTRA JÁ APRESENTADA SÔBRE O MESMO ASSUNTO.

§ 3º - EMENDA ADITIVA É A PROPOSIÇÃO QUE ACRESCE À OUTRA.

§ 4º - EMENDA MODIFICATIVA É A PROPOSIÇÃO QUE SE REFERE APENAS À REDAÇÃO DE OUTRA, SEM MODIFICAR A SUA SUBSTÂNCIA.

ART.139º - NÃO SERÃO ACEITAS PELA MÊSA EMENDAS, SUB-EMENDAS, OU / SUBSTITUTIVOS QUE NÃO TENHAM RELAÇÃO DIRETA E IMEDIATA COM A MATÉRIA DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL.

ART.140º - AS EMENDAS PODERÃO SER APRESENTADAS PELAS COMISSÕES OU VEREADORES QUANDO AS PROPOSIÇÕES ESTIVEREM EM PAUTA.

ART.141 º- O AUTOR DA PROPOSIÇÃO QUE RECEBER SUBSTITUTIVO OU EMENDAS ESTRANHAS AO SEU OBJETO TERÁ O DIREITO DE RECLAMAR CONTRA A SUA DEMISSÃO, COMPETINDO AO PRESIDENTE DECIDIR SÔBRE A RECLAMAÇÃO, CABENDO AO PLENÁRIO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA.

§ 1º - IDÊNTICO DIREITO DE RECURSO AO PLENÁRIO CONTRA ATO DO PRESIDENTE QUE REFUTAR A PROPOSIÇÃO, CABERÁ AO AUTOR / DELA.

§ 2º - AS EMENDAS QUE NÃO SE REFERIREM, DIRETAMENTE À MATÉRIA DO PROJETO SERÃO DESTACADAS PARA CONSTITUIREM PROJETOS EM SEPARADO, SUJEITOS A TRAMITAÇÃO REGIMENTAL.

§ 3º - DEVERÃO AS EMENDAS SEREM APOIADAS, PARA QUE SEJAM OBJETO DE DELIBERAÇÃO. INDEPENDEM DE APOIAMENTO AS OFERECIDAS PELAS COMISSÕES E AS QUE FOREM SUBSCRITAS POR DOIS VEREADORES, PELO MENOS.

CAPÍTULO - VI

DA RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

ART.142º - O AUTOR PODERÁ SOLICITAR, EM TÔDAS AS FASES DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA A RETIRADA DE QUALQUER PROPOSIÇÃO, CABENDO AO PRESIDENTE DEFERIR O PEDIDO QUANDO AINDA NÃO/ HOUVER PARECER OU ÊSTE FÔR CONTRÁRIO.

§ ÚNICO - SE A PROPOSIÇÃO TIVER PARECER FAVORÁVEL DE UMA COMISSÃO, EMBORA O TENHA EM CONTRÁRIO DE OUTRA, CABERÁ, AO PLENÁRIO DECIDIR DO PEDIDO DE RETIRADA.

ART.143º - SERÃO ARQUIVADAS PELA MÊSA, NO INÍCIO DE CADA LEGISLATURA, AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DURANTE A LEGISLATURA ANTERIOR, SEM PARECER OU COM PRONUNCIAMENTO CONTRÁRIO DE TÔDAS AS COMISSÕES COMPETENTES E QUE AINDA NÃO/ TENHA SIDO SUBMETIDA A PRIMEIRA DISCUSSÃO.

§ ÚNICO - O DISPOSTO NESTE ARTIGO NÃO SE APLICA AOS PROJETOS DE LEI PROPÔSTO PELO PODER EXECUTIVO OU POR COMISSÕES DA/ CÂMARA, SEM AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS RESPECTIVOS AUTORES.

ART.144º - CABE A QUALQUER VEREADOR, MEDIANTE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO PRESIDENTE, SOLICITAR O DESARQUIVAMENTO DE PROCESSO E O REINÍCIO DA TRAMITAÇÃO REGIMENTAL.

TÍTULO - VII

DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO- I

DAS DISCUSSÕES

SEÇÃO - I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.145º - DISCUSSÃO É A FASE DOS TRABALHOS DESTINADOS AOS DEBATES EM PLENÁRIO.

ART.146º - OS PROJETOS DE LEI E DE RESOLUÇÃO TERÃO NECESSÀRIAMENTE DUAS DISCUSSÕES E REDAÇÃO FINAL.

§ ÚNICO - NA PRIMEIRA DISCUSSÃO SERÁ APRECIADA APENAS QUANTO AO ASPECTO LEGAL DA MATÉRIA, E, NA SEGUNDA O SEU MÉRITO.

ART.147º - TERÃO APENAS UMA DISCUSSÃO AS RESOLUÇÕES QUE VERSAREM/ SÔBRE:

I - OS ATOS A SERVIÇOS DA CÂMARA;

II - OS RECURSOS DE ATOS DO PREFEITO; OU DO PRESIDENTE;

III - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO;

IV - AS PROPOSTAS POR COMISSÕES DE INQUÉRITO.

ART.148º - MEDIRÁ ENTRE AS DISCUSSÕES INTERSTÍCIO NÃO INFERIOR A 24 HORAS E NÃO PODERÃO OS PROJETOS SEREM DISCUTIDOS E VOTADOS SÔBRE QUALQUER PRETEXTO SEM QUE TENHAM SIDO DADOS À ORDEM DO DIA, COM 24 HORAS DE ANTECEDÊNCIA, PELO MENOS.

ART.149º - NA PRIMEIRA DISCUSSÃO DEBATER-SE-Á CADA ARTIGO DO PRO-

ART.150º - ANUNCIADA A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI OU DE RESOLUÇÃO, PODERÁ QUALQUER VEREADOR ARGUIR A SUA INCONSTITUCIONALIDADE E REQUERER O PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA, A RESPEITO, ENTENDENDO-SE REJEITADO O PROJETO SE FÔR A INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA.

§ ÚNICO - QUANDO A ARGUIDA INCONSTITUCIONALIDADE NÃO FÔR MANIFESTADA E SUSCITAR PONDERÁVEL CONTROVÉRSIA, O PROJETO PODERÁ, A REQUERIMENTO ESCRITO DE QUALQUER VEREADOR SER SUBMETIDO A ESTUDO DE COMISSÃO ESPECIAL, QUE DEVERÁ APRESENTAR PARECER NO PRAZO DE CINCO DIAS PROSSEGUINDO-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO PELA FORMA PRESCRITA NESTE REGIMENTO.

ART.151º - O PROJETO QUE FÔR EMENDADO NA PRIMEIRA DISCUSSÃO, SERÁ ENVIADO À COMISSÃO OU ÀS COMISSÕES COMPETENTES, COM AS EMENDAS PARA SER DE NOVO REDIGIDO A FIM DE ENTRAR EM 2ª DISCUSSÃO.

ART.152º - A SEGUNDA DSICUSSÃO VERSARÁ, SÔBRE O PROJETO EM GLOBO, COM AS EMENDAS APROVADAS E AS APRESENTADAS NESTE TURNO.

§ 1º - SE AS EMENDAS ACEITAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO CONTIVEREM/ MATÉRIA NOVA, PASSARÃO POR MAIS UMA DISCUSSÃO, JUNTAMENTE COM OS ARTIGOS DE PROJETO A QUE SE REFERIREM.

§ 2º - NESSA NOVA DISCUSSÃO É VEDADO OFERECER OUTRAS EMENDAS, SALVO AS DE REDAÇÃO.

ART.153º - APROVADO, DEFINITIVAMENTE O PROJETO, SERÁ REMETIDO A COMISSÃO DE REDAÇÃO ENTRANDO PARA A ORDEM DO DIA, PARA SER DISCUTIDA E VOTADA A REDAÇÃO FINAL.

§ ÚNICO - A REQUERIMENTO DE QUALQUER VEREADOR E POR DELIBERAÇÃO/ DA CÂMARA, PODERÁ SER DISPENSADA A REMESSA DO PROJETO/ À COMISSÃO DE REDAÇÃO, SE FÔR COMPATÍVEL A CONSTANTE / DO PROJETO APROVADO.

ART.154º - QUANDO AO PROJETO SE OFERECER EMENDA SUBSTITUTIVA, CONTENDO MATÉRIA RELEVANTE, PODERÁ A DISCUSSÃO SER ADIADA A REQUERIMENTO DE VEREADOR E POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA.

§ 1º - SE O SUBSTITUTIVO FÔR OFERECIDO NO DECURSOS DA SEGUNDA DISCUSSÃO, ÊSTE E O PROJETO SOFRERÃO MAIS DE UMA DISCUSSÃO.

§ 2º - NÃO SERÃO RECEBIDOS SUBSTITUTIVOS PARCIAIS.

§ 3º - NÃO É PERMITIDO AO MESMO VEREADOR APRESENTAR MAIS DE UM SUBSTITUTIVO [illegible]

ART.155º - NA PRIMEIRA DISCUSSÃO PODERÁ A CÂMARA, DELIBERAR POR SUGESTÃO DA PRESIDÊNCIA OU A REQUERIMENTO DE QUALQUER VEREADOR, QUE A MATÉRIA SEJA DISCUTIDA EM GLOBO.

ART.156º - A SECRETARIA PROVIDENCIARÁ A EXTRAÇÃO DE AVULSOS DOS / PROJETOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E PARECERES, TÃO LOGO / SEJA APRESENTADOS PARA IMEDIATA DISTRIBUIÇÃO AOS VEREADORES, DENTRO DO PRAZO DE 24 HORAS ANTES DAS REUNIÕES.

ART.157º - HAVENDO DUAS OU MAIS PROPOSIÇÕES SÔBRE O MESMO ASSUNTO, DAR-SE-Á DISCUSSÃO PRÉVIA SÔBRE QUÁL DEVA SER OBJETO DE DELIBERAÇÃO, CABENDO AO PRESIDENTE OU A QUALQUER VEREADOR FORMULAR A CONSULTA À CÂMARA.

ART.158º - PODERÁ SER REQUERIDO O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO DESDE/ QUE SÔBRE A PROPOSIÇÃO TENHA FALADO O AUTOR, O RELATOR, OU O AUTOR DE VOTO SEPARADO OU VENCIDO, E PELO MENOS UM ORADOR DE CADA BANCADA SALVO DESISTÊNCIA OU AUSÊNCIA.

§ ÚNICO - A PROPOSTA PARA O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO PARTIRÁ DO VEREADOR QUE ESTIVER COM A PALAVRA, O QUAL PERDERÁ A / VÊZ DE FALAR E O ENCERRAMENTO REJEITADO PELA CÂMARA.

SEÇÃO - II

DOS ORADORES

ART.159º - OS DEBATES DEVERÃO REALIZAR-SE COM ORDEM E SOLENIDADE.

§ 1º - OS VEREADORES, COM EXCESSÃO DO PRESIDENTE, FALARÃO DE / PÉ E, SÒMENTE QUANDO ENFÊRMOS, PODERÃO OBTER PERMISSÃO/ PARA FALAR SENTADOS.

§ 2º - A NENHUM VEREADOR SERÁ PERMITIDO FALAR SEM PEDIR A PALAVRA E SEM QUE O PRESIDENTE A CONCEDA.

§ 3º - SE O VEREADOR PRETENDER FALAR SEMQUE LHE SEJA DADA A PALAVRA, OU INSISTIR EM PERMANECER NA TRIBUNA, O PRESIDENTE AVERTÍ-LO-Á CONVIDANDO-O A SENTAR-SE.

§ 4º - SE APESAR DESSA ADVERTÊNCIA E DÊSTE CONVITE, O VEREADOR NÃO ATENDER O PRESIDENTE, A ÊSTE DARÁ O SEU DISCURSO TERMINADO.

§ 5º - SEMPRE QUE O PRESIDENTE DER POR TERMINADO UM DISCURSO,/ SERÁ SUSPENSO O APANHAMENTO PARA A ATA E A IRRADIAÇÃO DA SESSÃO, PODENDO TAMBÉM, DETERMINAR A SUSPENSÃO OU ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.

§ 6º - SE O VEREADOR INSISTIR EM FALAR E PERTURBAR A ORDEM OU O PROCESSO REGIMENTAL DE QUALQUER DISCUSSÃO, O PRESIDENTE,

SE ÊSSE ÚLTIMO CONVITE NÃO FOR ATENDIDO, O PRESIDENTE TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS QUE JULGAR NECESSÁRIAS.

§ 7º - AO OCUPAR A TRIBUNA, O VEREADOR DEVERÁ DIRIGIR AS SUAS PALAVRAS AO PRESIDENTE E À CÂMARA, DE UM MODO GERAL.

§ 8º - DIRIGINDO-SE A UM COLEGA, O VEREADOR DEVERÁ PRECEDER O SEU NOME DO TRATAMENTO DE "SR.VEREADOR" .

§ 9º - REFERINDO-SE A QUALQUER COLEGA, O VEREADOR DAR-LHE-Á O TRATAMENTO DE "EXCIA."

§ 10º - NENHUM VEREADOR PODERÁ REFERIR-SE AOS COLEGAS, DE UM MODO GERAL, A QUALQUER REPRESENTANTE DE PODER PÚBLICO, EM FORMA INJURIOSA OU DESCORTÊS.

ART.160º - O VEREADOR SÓ PODERÁ FALAR:

I - NO PEQUENO EXPEDIENTE;

II - SÔBRE PROPOSIÇÃO EM ANDAMENTO;

III - PARA APARTEAR, NA FORMA REGIMENTAL;

IV - PELA ORDEM;

V - PARA QUESTÃO DE ORDEM;

VI - PARA ENCAMINHAR A VOTAÇÃO;

VII - EM ESPLICAÇÃO PESSOAL;

VIII - PARA REQUERIMENTO, NA FORMA REGIMENTAL;

IX - PARA JUSTIFICATIVA DE VOTOS.

ART.161º - O VEREADOR QUE SOLICITAR DA PALAVRA PARA FALAR SÔBRE PROPOSIÇÃO EM DISCUSSÃO NÃO PODERÁ:

I - DESVIAR-SE DA QUESTÃO EM DEBATE;

II - FALAR SÔBRE MATÉRIA VENCIDA;

III - USAR DE LINGUAGEM IMPRÓPRIA;

IV - ULTRAPASSAR O PRAZO QUE LHE COMPETIR;

V - DEIXAR DE ATENDER AS ADVERTÊNCIAS DO PRESIDENTE.

ART.162º - O PRESIDENTE SOLICITARÁ AO ORADOR, POR DELIBERAÇÃO PRÓPRIA, OU A PEDIDO DE QUALQUER VEREADOR, QUE INTERROMPA O SEU DISCURSO NOS CASOS SEGUINTES:

I - PARA RECEPÇÃO DE PERSONAGEM DE EXCEPCIONAL RELÊVO NACIONAL OU ESTRANGEIRA, EM VISITA À CÂMARA;

II - PARA VOTAÇÃO DE REQUERIMENTO DA PRORROGAÇÃO DE SESSÃO.

ART.163º - QUANDO MAIS DE UM VEREADOR PEDIR A PALAVRA, SIMULTÂNEAMENTE, PARA FALAR SÔBRE O MESMO ASSUNTO, O PRESIDENTE / CONCEDÊ-LA-Á NA SEGUINTE ORDEM:

I AO AUTOR DA PROPOSIÇÃO;

II AO RELATOR;

III AO AUTOR DA EMENDA;

IV A UM FAVORÁVEL E OUTRO CONTRÁRIO, SUCESSIVA E ALTERNADAMENTE.

SEÇÃO - III

DOS APARTES

ART.164º - APARTE É INTERRUPÇÃO DO ORADOR, PARA INDAGAÇÃO OU ESCLARECIMENTO RELATIVO À MATÉRIA EM DEBATE, E NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 2 (DOIS) MINUTOS.

§ 1º - O VEREADOR SÓ PODERÁ APARTEAR O ORADOR SE ÊSTE O PERMITIR E, AO FAZÊ-LO, DEVE PERMANECER SENTADO.

§ 2º - NÃO SERÃO PERMITIDOS APARTES:

I À PALAVRA DO PRESIDENTE, CONFORME DISPÔSTO NO ARTIGO 17º

II POR OCASIÃO DE ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO;

III QUANDO O ORADOR NÃO PERMITE;

IV QUANDO O ORADOR ESTIVER SUSCITANDO QUESTÃO DE ORDEM, OU FALANDO PELA ORDEM;

V DURANTE A JUSTIFICATIVA DE VOTO;

VI PARALELOS OU CRUZADOS;

§ 3º - OS APARTES SUBORDINAM-SE ÀS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS DEBATES, EM TUDO QUE LHES SÉJA APLICÁVEL.

SEÇÃO - IV

DOS PRAZOS

ART.165º - SALVO DISPOSIÇÃO ESPECIAL EM CONTRÁRIO, O VEREADOR PODERÁ FALAR:

I PELO PRAZO DE 15 MINUTOS, EM CADA FASE DE DISCUSSÃO DE / PROJETOS;

II PELO PRAZO DE 10 MINUTOS SÔBRE REQUERIMENTOS SUJEITOS À DISCUSSÕES;

III PELO PRAZO DE 3 MINUTOS PARA O ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO.

IV PELO PRAZO DE 3 MINUTOS PARA FORMULAR QUESTÃO DE ORDEM OU FALAR PELA ORDEM:

§ 1º - O AUTOR, EM CADA DISCUSSÃO, PODERÁ FALAR DUAS VÊZES E PELO MESMO PRAZO A QUE TEM DIREITOS OS DEMAIS VEREADORES, EM CADA VÊZ. FALANDO A SEGUNDA VÊZ, AO FINDAR-SE A DISCUSSÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS NO DECORRER DOS DEBATES.

§ 2º - O VEREADOR, DEPOIS DE INSCRITO, NÃO PODERÁ CEDER A OUTRO VEREADOR, METADE OU PARTE DO TEMPO A QUE TIVER DIREITO, FICANDO, NESTE CASO, PREJUDICADA A SUA INSCRIÇÃO.

SEÇÃO - V

DO ADIAMENTO E DA VISITA

ART.166º - SEMPRE QUE UM VEREADOR DESEJAR ADIAR A DISCUSSÃO OU OBTER VISITA DE QUALQUER PROPOSIÇÃO, PODERÁ REQUERÊ-LO À MÊSA.

§ ÚNICO - A ACEITAÇÃO DO REQUERIMENTO QUE NÃO SOFRERÁ DEBATE, ESTÁ SUBORDINADA ÀS SEGUINTES CONDIÇÕES:

I - SER APRESENTADO ANTES DA DISCUSSÃO, CUJO ADIAMENTO SE REQUER;

II - NÃO SER LIDO NEM VOTADO, HAVENDO ORADOR NA TRIBUNA;

III - PREFIXAR O PRAZO DO ADIAMENTO OU VISITA, QUE NÃO PODERÁ EXCEDER A DEZ DIAS;

IV - NÃO ESTAR A PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA.

ART.167º - SE A MÊSA RECEBER, SIMULTÂNEAMENTE, MAIS DE UM PEDIDO DE VISITA PARA A MESMA PROPOSIÇÃO, PORÁ TODOS, AO MESMO TEMPO, EM VOTAÇÃO.

§ ÚNICO - O PRAZO DE VISITA SERÁ CONTADO A PARTIR DA DATA DE EXPEDIÇÃO DA PROPOSIÇÃO NA SECRETARIA, E DEVERÁ SER RECOLHIDA DENTRO DO PRAZO FIXADO NO NÚMERO 3º DO PARÁGRAFO ANTERIOR.

SEÇÃO - VI

DO ENCERRAMENTO

ART.168º - O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO DE QUALQUER PROPOSIÇÃO DAR-SE-Á PELA RENÚNCIA OU AUSÊNCIA DOS ORADORES INSCRITOS, OU PELO DECURSO DOS PRAZOS REGIMENTAIS.

§ ÚNICO - PODERÁ SER REQUERIDO O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO DESDE QUE SÔBRE A PROPOSIÇÃO TENHAM FALADO O AUTOR, O RELATOR O AUTÔR DA EMENDA E PELO MENOS UM ORADOR DE CADA BANCADA, SALVO DESISTÊNCIA OU AUSÊNCIA.

ART.169º - A DISCUSSÃO NÃO SERÁ ENCERRADA, QUANDO HOUVER PEDIDO DE ADIAMENTO OU VISITA, E ÊSTE NÃO PUDER SER VOTADO/A POR FALTA DE NÚMERO REGIMENTAL.

CAPÍTULO - II

DAS VOTAÇÕES

SEÇÃO - I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.170º - AS DELIBERAÇÕES, SALVO DISPOSIÇÕES REGIMENTAIS EM CONTRÁRIO, SERÃO TOMADAS DE VOTOS PRESENTES À SESSÃO DA/A CÂMARA, SALVO OS CASOS PREVISTOS NA CONSTÍTUIÇÃO FEDERÂL, ESTADUAL, LEI ORGÂNCCA DOS MUNICÍPIOS E LEIS ESPECIAIS E NESTE REGIMENTO.

§ ÚNICO - AS PROPOSIÇÕES QUE SE REFERIREM A AUTORIZAÇÃO PARA EM PRÉSTIMOS, CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, VENDAS, HIPOTÉCA OU PERMUTA DE BENS IMÓVEIS SERÃO APROVADAS QUANDO A SEU FAVOR VOTAREM DOIS TÊRÇOS DOS VEREADORES PRESENTES.

ART.171º - QUANDO NO DECORRER DA VOTAÇÃO SE VERIFICAR FALTA DE NÚMERO, FAR-SE-Á CHAMADA PARA QUE CONSTEM DA ATA OS NOMES DOS VEREADORES QUE SE HOUVEREM RETIRADO DO PLENÁRIO.

ART.172º - A FALTA DE NÚMERO PARA VOTAÇÃO NÃO PREJUDICARÁ A DISCUSSÃO DA MATÉRIA.

ART.173º - A VOTAÇÃO COMPLETARÁ O TURNO REGIMENTAL DA DISCUSSÃO E NENHUM PROJETO PASSARÁ DE UMA DISCUSSÃO PARA OUTRA SEM QUE, ENCERRADA A ANTERIOR, SEJA VOTADO E APROVADO.

ART.174º - A VOTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA LOGO APÓS O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO.

§ ÚNICO - SERÁ PERMITIDA A VOTAÇÃO NA OUTRA SESSÃO, NOS CASOS / PREVISTOS NESTE REGIMENTO.

ART.175º - AS VOTAÇÕES SÓ SE INTERROMPERÃO POR FALTA DE NÚMERO.

§ ÚNICO - QUANDO ESGOTAR O TEMPO REGULAMENTAR DA SESSÃO, ESTA / CONSIDERAR-SE-Á PRORROGADA ATÉ SER CONCLUIDA A VOTAÇÃO DA MATÉRIA EM CAUSA.

ART.176º - DURANTE A VOTAÇÃO NENHUM VEREADOR DEVERÁ DEIXAR O PLENÁRIO.

ART.177º - QUANDO SE TRATAR DE MATÉRIA EM CAUSA PRÓPRIA, OU DE AS

SEÇÃO - II

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

ART.178º - SÃO TRÊS OS PROCESSOS DE VOTAÇÃO:

A SIMBÓLICO;

B NOMINAL;

C POR ESCRUTÍNIO SECRETO.

§ ÚNICO - INICIADA A VOTAÇÃO DE DETERMINADA PROPOSIÇÃO POR UM PROCESSO, NÃO PODERÁ SER ADOTADO OUTRO, EM QUALQUER FASE DA VOTAÇÃO.

ART.179º - O PROCESSO SIMBÓLICO PRATICAR-SE-Á, CONSERVANDO-SE SENTADOS OS VEREADORES QUE VOTAREM A FAVOR DA MATÉRIA EM DELIBERAÇÃO.

ART.180º - PROCEDER-SE-Á A VOTAÇÃO NOMINAL PELA LISTA GERAL DOS VEREADORES, QUE SERÃO CHAMADOS PELO 1º SECRETÁRIO E RESPONDERÃO SIM OU NÃO, SEGUNDO SEJAM FAVORÁVEIS OU CONTRÁRIOS A PROPOSIÇÃO EM VOTAÇÃO.

§ ÚNICO - O PRESIDENTE PROCLAMARÁ O RESULTADO E MANDARÁ LER OS NOMES DOS VEREADORES QUE TENHAM VOTADO SIM E DOS QUE TENHAM VOTADO NÃO.

ART.181º - SALVO OS CASOS PREVISTOS NESTE REGIMENTO, AS VOTAÇÕES SERÃO SIMBÓLICAS.

ART.182º - PARA QUE HAJA VOTAÇÃO NOMINAL, SALVO OS CASOS PREVISTOS NESTE REGIMENTO, É PRECISO QUE SEJA REQUERIDO POR CINCO VEREADORES AO PRESIDENTE, QUE DESPACHARÁ DE IMEDIATO.

§ ÚNICO - AS PROPOSIÇÕES VERBAIS NÃO ADMITIRÃO VOTAÇÃO NOMINAL.

ART.183º - A VOTAÇÃO SECRETA, REQUERIDA POR CINCO VEREADORES, NO MÍNIMO, E APROVADO PELO PLENÁRIO , SERÁ FEITA POR MEIO DE CÉDULAS IMPRESSAS OU DATILOGRAFADAS, RECOLHIDAS EM URNAS.

§ ÚNICO - A APURAÇÃO SERÁ PROCEDIDA POR DOIS ESCRUTÍNADORES DE BANCADAS DIFERENTES, ESCOLHIDOS PELO PRESIDENTE E O RESULTADO, ANOTADO PELOS SECRETÁRIOS, PROCLAMADO PELO PRESIDENTE.

ART.184º - HAVENDO EMPATE NAS VOTAÇÕES SIMBÓLICAS OU NOMINAIS, SERÃO ELAS DESEMPATADAS PELO PRESIDENTE QUE ESTIVER DIRIGINDO OS TRABALHOS.

ART.185º - HAVENDO EMPATE NAS VOTAÇÕES SECRETAS, FICARÁ A MATÉRIA ADIADA PARA DECIDIR-SE, NOVAMENTE, NA SESSÃO SEGUINTE, RE

§ ÚNICO - A APURAÇÃO SERÁ FEITA PELA MÊSA, PODENDO SER FISCALIZADA OU VERIFICADA POR QUALQUER VEREADOR.

SEÇÃO - III

DA REDAÇÃO FINAL

ART.186º - TERMINADA A FASE DA VOTAÇÃO, SERÁ O PROJETO COM AS EMENDAS APROVADAS, ENVIADO À COMISSÃO DE REDAÇÃO PARA ELABORAR A REDAÇÃO FINAL, DE ACÔRDO COM O DELIBERADO.

§ ÚNICO - EXCETUAM-SE DISPOSTO NESTE ARTIGO OS PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO, QUE SERÃO ENVIADAS À COMISSÃO DE FINANÇAS, E OS DE RESOLUÇÃO, MODIFICANDO O REGIMENTO INTERNO OU TRATAMENTO DE ASSUNTO DE ECONOMIA DA CÂMARA, SERÃO ENVIADAS À MÊSA.

ART.187º - A REDAÇÃO FINAL SERÁ DISCUTIDA E VOTADA NA SESSÃO IMEDIATA, SALVO REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO REGIMENTAL, PROPOSTO E APROVADO.

§ 1º - ACEITA A DISPENSA DE INTERSTÍCIO, A REDAÇÃO FINAL SERÁ FEITA NA MESMA SESSÃO PELA COMISSÃO, COM A MAIORIA DE SEUS MEMBROS, DEVENDO O PRESIDENTE DESIGNAR OUTROS MEMBROS PARA A COMISSÃO, QUANDO AUSENTE DO PLENÁRIO OS TITULARES.

§ 2º - ASSINALADA A INCOERÊNCIA DA REDAÇÃO, PODERÁ SER APRESENTADA EMENDA MODIFICATÍVA QUE NÃO ALTERE SUBSTÂNCIA DO APROVADO.

§ 3º - APROVADA A EMENDA PELO PLENÁRIO, VOLTARÁ A PROPOSIÇÃO À COMISSÃO PARA NOVA REDAÇÃO FINAL.

ART.188º - VERIFICADO NA FASE DE REDAÇÃO FINAL ÊRRO SUBSTANCIAL NO PROJETO, NÃO PODERÁ O MESMO RECEBER EMENDAS QUE ALTEREM SUBSTÂNCIA, PODENDO, ENTRETANTO, SER REJEITADO.

§ ÚNICO - REJEITADO, SÓ PODERÁ SER NOVAMENTE APRESENTADA A PROPOSIÇÃO DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL (6 MESES).

TÍTULO - VIII

CAPÍTULO - I

DO VETO

ART.189º - RECEBIDO O VETO, SERÁ, IMEDIATAMENTE, ENCAMINHADO ÀS COMISSÕES CONPETENTES, JUNTAMENTE, COM AS RAZÕES ADUZÍDAS PELO PREFEITO.

§ 1º - QUANDO O VETO ESTIVER POR FUNDAMENTO A INCONSTITUCIONALI

§ 2º - SE O VETO FUNDAR-SE NO INTERÊSSE PÚBLICO, O PARECER CABERÁ ÀS COMISSÕES DE MÉRITO QUE TENHAM OPINADO SÔBRE A MATÉRÍA, E PARA ÊSSE FIM TERÃO O PRAZO CONJUNTO DE OITO DIAS.

§ 3º - SE AS COMISSÕES REFERIDAS NOS PARÁGRAFOS ANTERIORES NÃO SE PRONUNCIAREM DENTRO DOS PRAZOS PREVISTOS, A MÊSA INCLUIRÁ A PROPOSTA VETADA NA ORDEM DO DIA, INDEPENDENTEMENTE DE PARECER.

ART.190º - A PROPOSIÇÃO VETADA SERÁ SUBMETIDA A UMA ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DENTRO DE VINTE DIAS, CONTADOS A DATA DE SEU RECEBIMENTO.

§ ÚNICO - A DISCUSSÃO FAR-SE-Á ENGLOBADAMENTE, E A VOTAÇÃO, POR / PARTES, QUANDO FÔR O CASO, CABENDO SEMPRE, ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO.

ART.191º - O VETO, OU A PARTE DÊLE, SERÁ CONSIDERADO REJEITADO QUANDO CONTRA ÊLE VOTAREM DOIS TÊRÇOS (2/3), DOS VEREADORES/ PRESENTES À SESSÃO.

§ 1º - REJEITADO O VETO, SERÁ DEVOLVIDO AO PREFEITO MUNICIPAL / QUE TERÁ O PRAZO DE 48 (QUARENTA EOITO) HORAS PARA PROMULGAR, CASO CONTRÁRIO O PRESIDENTE DA CÂMARA, PROMULGARÁ DENTRO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADA DA EXPIRAÇÃO DO PRAZO, USANDO PARA ISSO A FORMA PREVISTA NA LEI ORGÂNCIA DOS MUNICÍPIOS.

§ 2º - SE O VETO FÔR REJEITADO POR PARTE, APENAS, DE PROJETO, A LEI QUE PROMULGAR ESSA PARTE, FARÁ MENÇÃO EXPRESSA AO / TEXTO QUE PERTENCIA ORIGINÀRIAMENTE.

ART.192º - AS PROPOSIÇÕES VETADAS COM VETOS ACEITOS PELA CÂMARA,NÃO PODERÃO SER RENOVADAS NO MESMO ANO, A NÃO SER MÊDIANTE / PROPOSTA SUBSCRITA DE 2/3 (DOIS TÊRÇOS) DOS VEREADORES.

TÍTULO - IX

CAPÍTULO - I

DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO

ART.193º - SEM PREJUÍZO DE SUA UNIDADE INSTITUCIONAL, OS DISPOSITIVOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA DIVIDIR-SE-ÃO EM 2 (DOIS)TÍTULOS RECEITA E DESPESA.

§ 1º - NO TÍTULO RECEITA DEVERÃO SER INCORPORADOS TODOS OS TRIBUTOS, RENDAS E SUPRIMENTOS DE FUNDOS, E, NO TÍTULO DESPESA, DEVERÃO SER INCLUIDAS, DISCRIMINADAMENTE AS DOTAÇÕES NECESSÁRIAS AO CUSTEIO DE TODOS OS SERVIÇOS PÚBLICOS.

§ 2º - O TÍTULO DESPESA DIVIDIR-SE-Á EM DUAS PARTES: UMA FIXA, QUE NÃO PODERÁ SER ALTERADA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI POSTERIOR, E OUTRA VARIÁVEL, OBEDECERÁ A VIGOROSA ESPECIALIZAÇÃO.

ART.194º - O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA NÃO PODERÁ CONTER DISPOSIÇÃO ESTRANHA À RECEITA E À DESPESA, OBSERVANDO O DISPOSTO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

ART.195º - SE ATÉ O DIA 30 DE OUTUBRO DE CADA ANO NÃO HOUVER O PREFEITO REMETIDO À CÂMARA, A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, PARA O ANO SEGUINTE, ACOMPANHADAS DAS TABELAS DISCRIMINADAS DA RECEITA E DA DESPESA, A CÂMARA PROCEDERÁ NA FORMA PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 68 DA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

ART.196º - RECEBIDO PELA MÊSA O PROJETO ORÇAMENTÁRIO, DÊSTE SERÃO EXTRAÍDAS CÓPIAS, POR PRAZO DE OITO (8) DIAS, PARA DISTRIBUIÇÃO EM AVULSO AOS VEREADORES.

ART.197º - DURANTE OS CINCO DIAS SEGUINTES A MÊSA RECEBERÁ EMENDAS, E, FINDO ÊSSE PRAZO, REMETERÁ O PROJETO, COM AS EMENDAS, À COMÍSSÃO DE FINANÇAS, DEVENDO ESTA DEVOLVER OS PAPÉIS, COM O RESPECTIVO PARECER, NO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS.

ART.198º - AS EMÊNDAS QUE CONTRARIAREM O DISPÔSTO DA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS E CAPÍTULO III DA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, NÃO SERÃO ADMITIDAS PELA MÊSA.

§ ÚNICO - A MÊSA DARÁ PUBLICIDADE ÀS EMENDAS QUE HAJA RECUSADO INDÍCANDO SEMPRE O FUNDAMENTO DA DECISÃO, DA QUAL CABERÁ RECURSO PARA O PLENÁRIO.

ART.199º - RECEBIDO PELA MÊSA O PROJETO COM O PARECER, SERÁ INCLUIDO NA ORDEM DO DIA, IMEDIATA, PARA A PRIMEIRA DISCUSSÃO.

ART.200º - DURANTE AS 48 (QUARENTA E OITO) HORAS SEGUINTES, A 1ª DISCUSSÃO RECEBERÁ EMENDAS, AS QUAIS, SE ACEITAS, SERÃO ENCAMINHADAS, COM O PROJETO E AS EMENDAS JÁ APROVADAS, À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS, PARA EMITIR NOVO PARECER, DEVOLVENDO OS PAPÉIS DENTRO / DE TRÊS DIAS.

§ ÚNICO - RECEBIDO O PROJETO, COM O PARECER, SERÁ INCLUIDO NA ORDEM DO DIA, IMEDIATA, PARA A SEGUNDA DISCUSSÃO, NÃO PODENDO SER OFERECIDAS EMENDAS.

ART.201º - O PROJETO ORÇAMENTÁRIO, COM AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª/ DISCUSSÃO, SERÁ REMETIDO PARA A REDAÇÃO FINAL À COMISSÃO COMPETENTE, QUE DEVERÁ DEVOLVÊ-LO DENTRO DÉ 5 (CINCO) DIAS.

ART.202º - O PROJETO ORÇAMENTÁRIO, COM A SUA REDAÇÃO FINAL, SERÁ / INCLUIDO NA ORDEM DO DIA IMEDIATA, PARA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.

ART.203º - CADA VEREADOR, PODERÁ, NA FASE DAS DISCUSSÕES DOPPROJETO ORÇAMENTÁRIO, FALAR PELO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE), MINUTOS, SENDO QUE TERÃO PREFERÊNCIA OS AUTORES DE EMENDAS E, SÔBRE ÊSTES, OS RELATORES, OBSERVADA EM AMBOS OS CASOS, A ORDEM DE INSCRIÇÃO.

ART.204º - NENHUMA EMENDA SERÁ ADMITIDA AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA SE A MATÉRIA QUE VERSAR DEVA, POR SUA NATUREZA, / SER OBJETO DE LEI ESPECIAL.

CAPÍTULO - II

DAS CONTAS DO PREFEITO

ART.205º - RECEBIDAS PELA MÊSA AS CONTAS MENSAIS DO PREFEITO, SERÃO ENCAMINHADAS À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E / TOMADA DE CONTAS, PARA QUE, SÔBRE AS MESMAS EMITA PARECER NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PRORROGÁVEL POR IGUAL TEMPO, POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA.

§ 1º - O PARECER DA COMISSÃO SERÁ APRESENTADO À CÂMARA, PARA / CONHECIMENTO DO PLENÁRIO.

§ 2º - QUANTO AO BALANÇO DE ENCERRAMENTO ANUAL, A COMISSÃO, CONCLUIRÁ POR APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO, APROVANDO OU REJEITANDO AS CONTAS.

ART.206º - RECEBIDO O BALANÇO COM PARECER, PERMANECERÃO ÊSTES EM PAUTA PELO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, APÓS O QUE SERÃO SUBMETIDOS A DUAS DISCUSSÕES, COM INTERSTÍCIO MÍNIMO DE

§ ÚNICO - NA DISCUSSÃO, PODERÃO OS VEREADORES USAR DA PALAVRA POR DUAS VÊZES, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE)MINUTOS CADA VÊZ.

ART.207º - QUANDO A COMISSÃO JULGAR NECESSÁRIO PEDIR INFORMAÇÕES, OU PROMOVER DILIGÊNCIAS PARA FUNDAMENTAR O PARECER, PODERÁ SOLICITAR DILATAÇÃO DE PRAZO, PELO TEMPO QUE JULGAR NECESSÁRIO, QUE PARA TANTO DEVERÁ PRE-FIXAR.

§ ÚNICO - A COMISSÃO PODERÁ REQUISITAR A COLABORAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E SOLICITAR DA CÂMARA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

ART.208º - SE NÃO FÔR APROVADA PELO PLENÁRIO A PRESTAÇÃO DE CONTAS, NO TODO OU EM PARTE, A RESOLUÇÃO CORRESPONDENTE, INDICARÁ OS MOTIVOS DA REJEIÇÃO À MÊSA, ENCAMINHARÁ O RROCESSO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃÓ, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARA QUE INDIQUE, ATRAVÉS DE PARECER, AS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA CÂMARA.

§ 1º --O PARECER DA COMISSÃO SERÁ ENCAMINHADO AO PLENÁRIO QUE DELIBERARÁ SÔBRE O MESMO.

§ 2º - COMPETE À MÊSA TOMAR AS PROVIDÊNCIAS DELIBERADAS PELO PLENÁRIO.

ART.209º - SE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE CADA ANO O PREFEITO NÃO TIVER APRESENTADO AS CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO, A CÂMARA, ATRIBUIRÁ À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS, A FUNÇÃO DE LEVANTÁ-LAS E, CONFORME PROVIDENCIARÁ SÔBRE A PUNIÇÃO DOS FALTOSOS.

CAPÍTULO - III

DOS RECURSOS

ART.210º - OS RECURSOS CONTRA ATOS DA PRESIDÊNCIA, SERÃO IMPOSTOS, DENTRO DO PRAZO DE 10 DIAS, CONTADOS DA DATA DA OCORRÊNCIA, POR SIMPLES PETIÇÃO À ELA DIRIGIDA.

§ 1º - O RECURSO SERÁ ENCAMINHADO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, PARA OPINAR E ELABORAR PROJETO DE RESOLUÇÃO.

§ 2º - APRESENTADO O PARECER, COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO ACOLHENDO OU DELEGANDO RECURSO, SERÁ O MESMO SUBMETIDO A UMA ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ORDEM DO DIA, DA SESSÃO, EM CUJA PAUTA FÔR INCLUIDO.

§ 3º - OS PRAZOS MARCADOS NESTE ARTIGO SÃO INADIÁVEIS E CORREM DIA A DIA.

CAPÍTULO - IV

DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO

ART.211º - O REGIMENTO INTERNO PODERÁ SER MODIFICADO POR MEIO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO, CABENDO À COMISSÃO EXECUTIVA ORERECER, PARECER, SÔBRE O ASSUNTO.

§ 1º - O PROJETO E O PARECER, DEPOIS DE DISTRIBUIDOS EM AVULSOS, SOFRERÃO DUAS DISCUSSÕES, COM INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 48 HORAS.

§ 2º - ENCERRADA A DISCUSSÃO E SE FÔREM APRESENTADAS EMENDAS A COMISSÃO EXECUTIVA DIRÁ SÔBRE ESTAS EM 5 (CINCO) DIAS.

§ 3º - O PROJETO E O PARECER, QUE ENTÃO FÔR APRESENTADO, SERÃO / SUBMETIDOS A DISCUSSÃO ÚNICA, ENCERRADA A QUAL SE PROCEDERÁ A VOTAÇÃO.

ART.212º - OS CASOS NÃO PREVISTOS NESTE REGIMENTO SERÃO RESOLVIDOS / SOBERANAMENTE, PELO PLENÁRIO, E AS SOLUÇÕES CONSTITUIRÃO, PRECEDENTE REGIMENTAL.

ART.213º - AS INTERPRETAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO FEITAS PELO PRESIDENTE, ASSUNTO CONTROVERSOS, TAMBÉM CONSTITUIRÃO PRECEDENTE, DESDE QUE A PRESIDÊNCIA ASSIM O DECLARE POR INICIATIVA PRÓPRIA, OU A REQUERIMENTO DE QUALQUER VEREADOR.

ART.214º - OS PRECEDENTES REGIMENTAIS SERÃO ANOTADOS EM LIVRO PRÓPRIO, PARA ORIENTAÇÃO NA SOLUÇÃO DE CASOS ANÁLOGOS.

§ ÚNICO - AO FINAL DE CADA ANO LEGISLATIVO, A MÊSA FARÁ A CONSOLIDAÇÃO DE TÔDAS AS MODIFICAÇÕES FEITAS NÔ REGIMENTO, BEM COMO DOS PRECEDENTES ADOTADOS, PUBLICANDO-OS EM SEPARADO.

CAPÍTULO - V

DO PREFEITO

ART.215º - O PREFEITO PODERÁ SER CONVOCADO PELA CÂMARA, PARA PRESTAR INFORMAÇÕES SÔBRE ASSUNTOS DE SUA COMPÉTÊNCIA ADMINISTRATIVAS, MEDIANTE OFÍCIO ENVIADO PELO PRESIDENTE, EM NOME / DA CÂMARA.

§ ÚNICO - A CONVOCAÇÃO SERÁ ATENDIDA NO PRAZO DE 8 (OITO)DIAS, SOB/ PENA DE RESPONSABILIDADE.

ART.216º - A COMPROVAÇÃO DEVERÁ SER REQUERIDA POR ESCRITO, POR QUALQUE VEREADOR OU COMISSÃO, DEVENDO SER DISCUTIDA E APROVADA PELA MAIORIA ABSOLUTA DO PLENÁRIO: 5 (CINCO)VEREADORES.

§ 1º - O REQUERIMENTO DEVERÁ INDICAR, EXPLÌCITAMENTE, O MOTIVO / DA CONVOCAÇÃO E AS QUESTÕES QUE SERÃO PROPOSTAS AO PREFEITO.

§ 2º - APROVADA A CONVOCAÇÃO, O PRESIDENTE ENTENDER-SE-Á COM O / PREFEITO, AFIM DE FIXAR DIA E HORA PARA O SEU COMPARECI -

MENTO, DANDO-LHE CIÊNCIA DA MATÉRIA A QUAL VERSARÁ A INTERPELAÇÃO.

ART.217º - O PREFEITO PODERÁ COMPARECER, EXPONTÂNEAMENTE, À CÂMARA PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS, APÓS ENTENDIMENTOS COM O PRESIDENTE, QUE DESIGNARÁ DIA E HORA PARA A RECEPÇÃO.

ART.218º - NA SESSÃO A QUE COMPARECER, O PREFEITO FARÁ INICIALMENTE UMA EXPOSIÇÃO SÔBRE QUESTÕES, QUE LHE FOREM PROPOSTAS, APRESENTANDO A SEGUIR, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, SOLICITADOS, POR QUALQUER VEREADOR, NA FORMA REGIMENTAL.

§ 1º - NÃO SERÁ PERMITIDO AOS VEREADORES APARTEAR A EXPOSIÇÃO, DO PREFEITO, NEM LEVANTAR QUESTÕES ESTRANHAS AO ASSUNTO DA CONVOCAÇÃO.

§ 2º - O PREFEITO, PODERÁ FAZER-SE ACOMPANHAR DE FUNCIONÁRIOS/ MUNICIPAIS, QUE O ACESSOREM NAS INFORMAÇÕES; O PREFEITO E OS ACESSORES ESTARÃO SUJEITOS, DURANTE A SESSÃO, ÀS / NORMAS DÊSTE REGIMENTO.

§ 3º - O PREFEITO TERÁ LUGAR À DIREITA DO PRESIDENTE E OS ACESSORES ONDE FÔR DESIGNADO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.

CAPÍTULO - VI

DAS INFORMAÇÕES

ART.219º - COMPETE À CÂMARA SOLICITAR INFORMAÇÕES DO SENHOR PREFEITO SÔBRE ASSUNTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

§ ÚNICO - AS INFORMAÇÕES SERÃO SOLICITADAS POR REQUERIMENTO PROPOSTO POR QUALQUER VEREADOR E SUJEITO ÀS NORMAS REGIMENTAIS.

ART.220º - APROVADO O PEDIDO DE INFORMAÇÕES PELA CÂMARA, SERÁ ENCAMINHADO POR OFÍCIO AO PREFEITO, QUE TEM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO, PARA PRESTAR AS INFORMAÇÕES, (LEI FEDERAL 3.528 DE 21 DE JANEIRO DE 1959- ARTIGO 1º ITEM XII).

§ ÚNICO - PODE O PREFEITO SOLICITAR À CÂMARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO SENDO O PEDIDO SUJEITO À APROVAÇÃO DO PLENÁRIO.

ART.221º - OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES PODEM SER REITERADOS, SE SATISFIZEREM AO AUTOR, MEDIANTE NÔVO REQUERIMENTO, QUE DEVERÁ SEGUIR A TRAMITAÇÃO REGIMENTAL.

CAPÍTULO - VII

DAS SANÇÕES

ART.222º - SÃO CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO AO EXPLÍCITO NO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI FEDERAL 3.528, DE 3 DE JANEIRO DE 1959.

§ 1º - OS CRIMES DEFINIDOS NESTE ARTIGO SÃO PASSÍVEIS DE PENA, DE PERDA DE CARGO (LEI FEDERAL 3.528 DE 3 DE JANEIRO DE 1959):

§ 2º - NA DETERMINAÇÃO DO PROCESSO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO, OBSERVAR-SE-ÃO PARA OS RESPECTIVOS ATOS, NO QUE LHES FÔR APLICADO, AS NORMAS ESTABELECIDAS NA LEI FEDERAL 1079, DE 10 DE ABRIL DE 1950, E LEI FEDERAL 3.528, DO ARTIGO 4º .

TÍTULO - X

CAPÍTULO-I

DA PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES E CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.

ART.223º - APROVADO PELA CÂMARA UM PROJETO DE LEI, SERÁ ENVIADO AO PREFEITO PARÂ SANÇÃO E PROMULGAÇÃO NO PRAZO DE 10 DIAS.

ART.224º - SE O PREFEITO JULGAR O PROJETO, NO TODO OU EM PARTE INCONSTITUCIONAL, ILEGAL OU CONTRÁRIO AOS INTERÊSSES DO MUNICÍPIO, VETÁ-LO-Á TOTAL OU PARCIALMENTE, DÊNTRO DE 10 (DEZ)DIAS, ÚTEIS, CONTADOS DAQUELE EM QUE O RECEBER, DEVOLVENDO À CÂMARA, NO PRAZO, COM OS MOTIVOS DO VETO.

§ ÚNICO - SE A CÂMARA NÃO ESTIVER FUNCIONANDO, A REMESSA SERÁ FEITA AÔ PRESIDENTE.

ART.225º - O SILÊNCIO DO PREFEITO, DECORRIDO O DECÊNIO, IMPORTARÁ EM SANÇÃO TÁCITA E A PROMULGAÇÃO SERÁ FÊITA DE EX-OFÍCIO PELO PRESIDENTE.

ART.226º - O VETO APÔSTO PELO PREFEITO SERÁ SUBMETIDO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA, APÓS RECEBER O PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E TER SIDO DADO A ORDEM DO DIA, NOS TÊRMOS DÊSTE REGIMENTO.

§ 1º - CASO ESTEJA A CÂMARA EM RECESSO, SERÁ O VETO ENCAMINHADO À PRIMEIRA SÊSSÃO DA REUNIÃO SEGUINTE, PARA OS FINS DÊSTE ARTIGO.

§ 2º - O VETO SERÁ SUBMETIDO À DELIBERAÇÃO EM UMA ÚNICA DISCUSSÃO E SÒMENTE PODERÁ SER REJEITADO PELO VOTO DE DOIS/TERÇOS DOS VEREADORES PRESENTES, EM ESCRUTÍNIO SECRETO.

ART.227º - SE O VETO FÔR REJEITADO, VOLTARÁ AO PREFEITO QUE PROMULGARÁ A LEI, USANDO DA FORMA PREVISTA NA LEI ORGÂNCIA DOS MUNICÍPIOS.

ART.228º - NO CASO DE SANÇÃO TÁCITA OU NÃO SENDO PROMULGADA A LEI PELO PREFEITO, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, O PRESIDENTE DA CÂMARA A PROMULGARÁ DENTRO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADAS DA EXPIRAÇÃO DAQUELE PRAZO, USANDO A FÓRMULA PREVISTA NA LEI ORGÂNCA DOS MUNICÍPIOS.

ART.229º - QUANDO O VETO RECAIR SÔBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, CONTINUARÁ EM VIGÔR A DO ÚLTIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO, ATÉ QUE A CÂMARA DELIBERE SÔBRE O VETO OU VOTAR NOVO PROJETO ORÇAMENTÁRIO.

ART.230º - A INICIATIVA DOS PROJETOS DE LEI CABERÁ A QUALQUER VEREADOR E AO PREFEITO, NA FORMA DO QUE DISPÕE A LEI ORGÂNCA DOS MUNICÍPIOS.

ART.231º - SERÃO REGISTRADAS, EM LIVROS PRÓPRIOS, DA SECRETARIA DA CÂMARA, AS LEIS E RESOLUÇÕES DESTA.

ART.232º - AS REPRESENTAÇÕES DA CÂMARA, DIRIGIDOS AOS PODÊRES DO ESTADO E DA UNIÃO, E OS PAPÉIS DE SEU EXPEDIENTE SERÃO ASSINADOS PELO PRESIDENTE, QUE SE CORRESPONDERÁ COM O PREFEITO E OUTRAS AUTORIDADES, POR MEIO DE OFÍCIO OU TELEGRAMA, QUANDO FÔR O CASO.

ART.233º - AS ORDENS DO PRESIDENTE AOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA SERÃO EXPEDIDAS POR MEIO DE PORTARIA.

CAPÍTULO - II

DA SECRETARIA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SECRETARIA

ART.234º - OS SERVIÇOS DA CÂMARA SERÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA, E REGER-SE-ÃO POR REGULAMENTO ESPECIAL, CONSIDERADO PARTE INTEGRANTE DÊSTE REGIMENTO.

§ 1º - O REGULAMENTO DA SECRETARIA NÃO PODERÁ CONTER NENHUMA DISPOSIÇÃO QUE COLIDA COM ÊSTE REGIMENTO.

§ 2º - É DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA APRESENTAR PROJETO DE RESOLUÇÃO PARA O FIM DE ELABORAR OU MODIFICAR O REGULAMENTO DA SECRETARIA OU CONDIÇÕES E VENCIMEN -

§ 3º - O REGULAMENTO DA SECRETARIA CONSTARÁ OBRIGATÒRIAMENTE O HORÁRIO DO FUNCIONALISMO DA CÂMARA.

CAPÍTULO - III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.235º - O SUPLENTE DE VEREADOR PODERÁ SOLICITAR E OBTER LICENÇA INDEPENDENTEMENTE DE COMPARECIMENTO À CÂMARA, DESDE QUE HAJA PRESTADO COMPROMISSO NOS SEGUINTES CASOS:

I POR MOTIVO DE DOENÇA COMPROVADA POR ATESTADO MÉDICO;

II QUANDO SE ENCONTRAR AUSENTE DA CIDADE;

III QUANDO ESTIVER NO EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO, ATIVIDADE OU EM CIRCUNSTÂNCIAS INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DO MANDATO.

ART.236º - O VEREADOR, FUNCIONÁRIO MUNICIPAL, PARA EXERCER A VEREANÇA, DEVERÁ LICENCIAR-SE DO CARGO QUE OCUPA NO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO, COMUNICANDO AO PRESIDENTE DA CÂMARA SUA LICENÇA, COM ANTECEDÊNCIA DE 3 DIAS ANTES DE QUALQUER SESSÃO.

ART.237º - OS DOCUMENTOS ESCRITOS, QUE NÃO SE REFERIREM AOS TRABALHOS DA CÂMARA E CUJA INSERÇÃO EM ATA FÔR PEDIDA DESTA, CONSTARÃO APENAS EM BREVE NOTÍCIA E A ELA SERÃO ANEXADOS PARA QUE FIGUREM NOS ANAIS DA CÂMARA.

ART.238º - A PRESENTE RESOLUÇÃO, ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EN CONTRÁRIO.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1966.-

JOSÉ GRABOWSKI-PRESIDENTE. JOSÉ HERMETO KUHN-VICE-PR.

JOSÉ HENRIQUE ADAMS. 1º SECRETÁRIO.

IRINEU AGNES. 2º SECRETÁRIO.

APROVADO EM única DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões 20 / 5 / 1966

052

Câmara Municipal de Toledo

Estado do Paraná

ÊSTE REGIMENTO FOI ELABORADO PELA COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA PELO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, CONFORME CONSTA DA ATA, Nº 23/65 DA SESSÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1965.- , COMPOSTA DOS SEGUINTES VEREADORES:

WALDOMIRO BELOTTO - PRESIDENTE

IRINEU AGNES - MEMBRO

LEONARDO BALCEWICZ - MEMBRO

INDICE GERAL

PÁG.

TÍTULO - I - DA CÂMARA MUNICIPAL
CAP. I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... 1

TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA
CAP. I - DA MÊSA..... 3

SESSÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... 3
SEÇÃO II - DO PRESIDENTE..... 4
SEÇÃO III - DO VICE-PRESIDENTE..... 7
SEÇÃO IV - DOS SECRETARIOS..... 8

TÍTULO III -
CAP. II - DAS COMISSÕES..... 9

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... 9
SEÇÃO II - DAS COMISSÕES..... 10
SEÇÃO III - DAS REUNIOES..... 11
SEÇÃO IV - DAS ATRIBUIÇOES..... 11
SEÇÃO V - DOS TRABALHOS..... 13
SEÇÃOC VI - DAS AUDIÊNCIAS..... 15
SEÇÃO VII - DOS PARECERES..... 16
SEÇÃO VIII - DAS VAGAS..... 17
SEÇÃO IX - DAS ATAS..... 17

TÍTULO IV - DOS VEREADORES E PREFEIT

CAP. I - DA POSSE, DA LICENÇA E DSUBSTITUIÇÃO..... 17
CAP. II - DOS SUBSÍDIOS..... 18
CAP. III - DA PERDA DO MANDATO..... 19
CAP. IV - DOS VEREADORES..... 20

TÍTULO V - DAS SESSÕES

CAP. I - DAS SESSÕES.....
CAP. II - DAS SESSÕES PÚBLICAS..... 21
CAP: III - EXPEDIENTE..... 22
CAP. IV - ORDEM DO DIA..... 22
CAP. V - ESPLICAÇÕES PESSOAIS..... 24
CAP. VI - DA URGÊNCIA-INVERSÃO PREFERIAL E ADIAMENTO 25
CAP. VII - DAS SESSÕES SECRETA..... 25

TÍTULO VI - DAS PROPOSIÇÕES..... 27

CAP. I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....
CAP. II - DO PREFEITO..... 27
CAP. III - DAS INDICAÇÕES..... 29
CAP. IV - DOS REQUERIMENTO..... 30
CAP. V - DAS EMENDAS..... 31
CAP. VI - DA RETIRADA DE SIÇÕES..... 34

PÁG.

TÍTULO - VII - DAS DELIBERAÇÕES

CAP. I - DAS DISCUSSÕES..... 36
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... 36
SEÇÃO II - DOS ORADORES..... 38
SEÇÃO III - DOS APARTES..... 40
SEÇÃO IV - DOS PRAZOS..... 40
SEÇÃO V - DO ADIAMENTO E DA VISITA..... 41
SEÇÃO VI - DO ENCERRAMENTO..... 41

CAP. II - DAS VOTAÇÕES
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS..... 42
SEÇÃO II - DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO..... 43
SEÇÃO III - DA REDAÇÃO FINAL..... 44

TÍTULO VIII -

CAP. I - DO VETO..... 44

TÍTULO IX -

CAP. I - DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO.....
CAP. II - DAS CONTAS DO PREFEITO..... 45
CAP. III - DOS RECURSOS..... 47
CAP. IV - DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO..... 48
CAP. V - DO PREFEITO..... 49
CAP. VI - DAS INFORMAÇÕES..... 49
CAP. VII - DAS SANÇÕES..... 50
..... 51

TÍTULO X -

CAP. I - DA PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO AS LEIS E RESOLUÇÕES E CORRESPONDÊNCIA OFICIAL..... 51
CAP. II - DA SECRETARIA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SECRETARIA..... 52
CAP. III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 53